



Reunião : EXTRAORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

17

**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE** ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

**VEREADOR** DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

**VEREADORA** ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR** ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

**VEREADOR** LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

**VEREADORA** DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

**VEREADORA** DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR** DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

**VEREADOR** DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** ONZE HORAS E QUARENTA MINUTOS.-----



Reunião : EXTRAORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----



**1. PROJECTO DE REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E TABELA DE TAXAS E PREÇOS ANEXAS. -----**

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de dezassete do corrente mês de Fevereiro, registada com o número dois mil seiscientos e dezoito, a remeter o projecto de Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, elaborado para adequação dos regulamentos municipais de taxas ao regime geral das taxas das autarquias locais, aprovado pela Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro.-----

O Projecto de Regulamento em causa contém os seguintes Anexos:-----

Anexo I – Tabela de Taxas da Câmara Municipal;-----

Anexo II – Tabela de Taxas dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento;-----

Anexo III – Fundamentação económico – financeira do valor das taxas;-----

Anexo IV – Tabela de Preços.-----

Pelo Senhor Presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

**A)** Que a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere aprovar a proposta de Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, e respectivos anexos, documentos dos quais se juntam cópias à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subsequentes noventa e cinco folhas;-----

**B)** Que em cumprimento do disposto no artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo se submeta o referido projecto de regulamento a inquérito público, pelo prazo de trinta dias a contar da data da publicação do respectivo aviso no Diário da República.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar as referidas propostas.-----

## **PROJECTO DE REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### ***Nota Justificativa***

As relações jurídico - tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais foram objecto de uma alteração de regime, protagonizada pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, impondo-se, em consequência, uma adequação dos regulamentos municipais de taxas àquele regime geral.

Em face das imposições estabelecidas pelo novo regime geral, consagra-se expressamente no presente regulamento, as bases de incidência objectiva e subjectiva das taxas, o respectivo valor e métodos de cálculo aplicáveis, a fundamentação económico – financeira relativa ao valor das mesmas, as isenções e sua fundamentação, o modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas e a admissibilidade do pagamento em prestações.

#### **Artigo 1.º**

##### ***Lei habilitante***

O Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e outras receitas municipais, é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República, nas alíneas a), e) e h) do n.º 2 do artigo 53.º e na alínea j) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos artigos 10º, 15.º, 16º e 55º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, da Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, com as alterações subsequentes e do Código de Procedimento e de Processo Tributário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas.

SISTEMA CERTIFICADO



Services de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## **Artigo 2.º**

### **Objecto**

1 – O presente Regulamento estabelece as disposições gerais respeitantes à liquidação, cobrança e pagamento de taxas do Município de Santo Tirso, as quais constam das Tabelas anexas ao presente regulamento e que dele ficam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos I e II, adiante designadas por Tabela.

2 – O presente Regulamento não prejudica a aplicação de outras disposições legais específicas referentes à liquidação, cobrança e pagamento de taxas ou outras receitas, previstas em outros regulamentos municipais, designadamente ao Regulamento da Taxa Pela Realização de Infra-Estruturas Urbanísticas.

## **Artigo 3.º**

### **Incidência objectiva**

1- As taxas constantes da Tabela referida no nº1 do artigo anterior, incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade do Município de Santo Tirso, designadamente:

- a) Pela concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- b) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- c) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- d) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva;
- e) Pelas actividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- f) Pelas actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- g) Pela realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

2- O montante, cálculo e respectiva fundamentação das taxas pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Albergamento  
Círculo e Actividades de Círculo  
Administrativo, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

encontram-se previstos no Regulamento da Taxa Pela Realização de Infra-Estruturas Urbanísticas

#### **Artigo 4.º**

##### ***Incidência subjectiva***

1-Estão sujeitos ao pagamento das referidas taxas, as pessoas singulares ou colectivas objecto de relações jurídico - tributárias geradoras da obrigação de pagamento daqueles tributos.

2- Estão também sujeitos ao pagamento das taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

#### **Artigo 5.º**

##### ***Actualização***

1 – Os valores das taxas e outras receitas municipais previstos na referida Tabela serão actualizados automática e anualmente, por aplicação do Índice de Preços no Consumidor, fornecido pelo Instituto Nacional de Estatística.

2 – Os valores resultantes da actualização efectuada nos termos do número anterior serão arredondados, por excesso, para a segunda casa decimal.

3 – Independentemente da actualização ordinária anteriormente referida, a Câmara Municipal poderá, sempre que o considere justificável, propor à Assembleia Municipal, a alteração dos valores das taxas constantes da Tabela.

4- A alteração dos valores das taxas nos termos referidos no número anterior deverá conter a fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor.

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Albergamento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR

## **CAPÍTULO II**

### **LIQUIDAÇÃO**



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## **Artigo 6.º**

### **Liquidação**

1 – A liquidação das taxas e outras receitas municipais prevista na Tabela consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos interessados.

2 – Os valores assim obtidos serão arredondados, por excesso, para a segunda casa decimal.

## **Artigo 7.º**

### **Competência**

É da competência do Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação nos vereadores das áreas de gestão respectivas ou nos dirigentes dos serviços municipais, proceder à liquidação das taxas, nos termos do disposto no nº1 do artigo anterior.

## **Artigo 8.º**

### **Notificação**

A liquidação será notificada ao interessado nas formas legalmente admitidas, sendo-lhe indicado o prazo de pagamento voluntário, de acordo com o presente Regulamento.

## **Artigo 9.º**

### **Procedimentos na liquidação**

1 – A liquidação das taxas e outras receitas municipais constará de documento próprio no qual se deverá fazer referência aos seguintes elementos:

- a) Identificação do sujeito passivo;
- b) Discriminação do acto ou facto sujeito a liquidação;
- c) Enquadramento na Tabela de Taxas;

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Rendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Computação

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

08

At  
M

d) Cálculo do montante a pagar, resultante da conjugação dos elementos referidos nas alíneas b) e c).

2 – O documento mencionado no número anterior designar-se-á guia de receita e fará parte integrante do respectivo processo administrativo.

3 – A liquidação de taxas e outras receitas municipais não precedida de processo far-se-á nos respectivos documentos de cobrança.

### **Artigo 10.º**

#### ***Liquidação em caso de urgência***

No caso de documentos de interesse particular, tais como atestados, certidões, fotocópias, segundas vias e similares, cuja emissão seja requerida com carácter de urgência, serão liquidadas em dobro as taxas respectivas fixadas na tabela anexa, desde que o pedido se possa satisfazer nos dois dias úteis subsequentes à entrada do requerimento.

### **Artigo 11.º**

#### ***Revisão do acto de liquidação***

1 – Poderá haver lugar à revisão do acto de liquidação pelo respectivo serviço liquidador, por iniciativa do sujeito passivo ou oficiosamente, nos prazos estabelecidos na Lei Geral Tributária e com fundamento em erro de facto ou de direito.

2 – A revisão de um acto de liquidação do qual resultou prejuízo para o Município, obriga o serviço liquidador respectivo, a promover, de imediato, a liquidação adicional.

3 – O devedor será notificado, por carta registada com aviso de recepção, para satisfazer a diferença.

4 – Da notificação deve constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo de pagamento e ainda a advertência de que o não pagamento no prazo fixado implica a cobrança coerciva.

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**

ISO 9001

certificação  
acreditada

IPACC

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Albergamento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR





**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

09

Ac

5 – Quando por erro imputável aos serviços tenha sido liquidada quantia superior à devida e não tenha decorrido o prazo previsto na Lei Geral Tributária sobre o pagamento, deverão os serviços, independentemente de reclamação ou impugnação do interessado, promover de imediato a sua restituição.

6 – Não haverá lugar a liquidação adicional ou a restituição oficiosa de quantias quando o seu quantitativo seja igual ou inferior a 2,50 €.

### **Artigo 12.º**

#### ***Revisão do acto de liquidação por iniciativa do sujeito passivo***

1 – O requerimento de revisão do acto de liquidação por iniciativa do sujeito passivo deverá ser instruído com os elementos necessários à sua apreciação.

2 – Sem prejuízo da responsabilidade contra-ordenacional, prevista no artigo 33.º do presente Regulamento, que daí resulte, quando o erro do acto de liquidação advier e for da responsabilidade do próprio sujeito passivo, nomeadamente por falta ou inexactidão de declaração a cuja apresentação estivesse obrigado nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, este será responsável pelas despesas que a sua conduta tenha causado.

### **Artigo 13.º**

#### ***Caducidade***

O direito de liquidar as taxas, caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

### **Artigo 14.º**

#### ***Garantias***

Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação, nos termos do disposto no art. 16º da Lei nº53-E/2006, de 29 de Dezembro.

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**

ISO 9001

certificação  
acreditada

IPAC

Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

### **CAPÍTULO III**

### **ISENÇÕES OU REDUÇÕES**

#### **Artigo 15.º**

#### ***Isenções ou reduções***

10  
Ao  
M

1 – Estão isentos do pagamento de taxas:

- a) As pessoas a quem a lei confira tal isenção;
- b) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem à realização dos seus fins estatutários;
- c) As instituições particulares de solidariedade social, legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem à realização dos seus fins estatutários;

2 – Poderão ainda estar isentos ou beneficiar da redução de taxas:

- a) As associações religiosas, culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, pelas actividades que se destinem, directamente, à realização dos seus fins estatutários;
- b) As cooperativas, suas uniões, federações e confederações, desde que constituídas, registadas e funcionando nos termos da legislação cooperativa, relativamente às actividades que se destinem, à realização dos seus fins estatutários;
- c) As pessoas de comprovada insuficiência económica;
- d) Estudantes, no caso de pedidos de informação ou documentos que se destinem a trabalhos escolares/investigação, comprovadamente desenvolvidos num estabelecimento de ensino.

3 - As isenções referidas nos números anteriores não dispensam a emissão das licenças ou autorizações devidas, nos termos da lei ou regulamentos municipais.

4 – As isenções ou reduções referidas no n.º 2 serão concedidas, caso a caso, por deliberação da Câmara Municipal, podendo esta delegar no Presidente com a faculdade de subdelegação nos vereadores, mediante requerimento dos interessados e apresentação de prova da qualidade em que requerem e dos requisitos exigidos para a concessão de isenção ou redução.

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Alargamento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

11

*Ac*  
*[Signature]*

5 – Quando o sujeito passivo for uma entidade concessionária de um serviço público, poder-se-ão estabelecer outras formas de liquidação, baseadas em elementos indiciários ou outros, mediante acordo entre o sujeito passivo e a Câmara Municipal.

6 – As isenções previstas neste artigo não autorizam os beneficiários a utilizar meios susceptíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por danos causados no património municipal.

7- Não há lugar à isenção da taxa pela emissão de certificado de registo de cidadão da união europeia.

8- As isenções previstas nos artigos anteriores fundamentam-se no facto das entidades beneficiárias desenvolverem, no âmbito dos seus fins estatutários, actividades que se identificam com as atribuições do Município.

#### **Artigo 16.º**

##### ***Outras isenções***

Além das isenções ou reduções previstas no artigo anterior poderão também ser isentas ou objecto de redução de taxas as entidades e actos previstos em outros regulamentos municipais.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **PAGAMENTO**

#### **Artigo 17.º**

##### ***Pagamento***

1 – Não pode ser praticado nenhum acto ou facto sem prévio pagamento das taxas e outras receitas municipais previstas na Tabela, salvo nos casos expressamente permitidos.

2 – Salvo casos especiais, as taxas e outras receitas previstas na Tabela, devem ser pagas na Tesouraria Municipal, em dinheiro, cheque, por multibanco ou por transferência bancária.

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

12

*Ac*

*M*

3 – Em casos devidamente autorizados, as taxas e outras receitas previstas na Tabela poderão ser pagas noutros serviços ou em equipamentos de pagamento automático, no prazo que for fixado para o efeito.

### **Artigo 18.º**

#### ***Pagamento em prestações***

1 – Compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente comprovação da situação económica do requerente que não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.

2 – Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.

3 – No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respectivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações.

4- É competente para autorizar o pagamento das taxas em prestações o Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação nos vereadores das áreas de gestão respectivas.

5 – O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder.

6 – A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida.

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Albergamento  
Gestão e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

13

*Am*

*M*

7 – Poderá o Presidente da Câmara Municipal condicionar a autorização do pagamento fraccionado das taxas à prestação de caução.

### **Artigo 19.º**

#### ***Regras de contagem***

1 – Os prazos para pagamento são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

2 – O prazo que termine em sábado, domingo ou dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

### **Artigo 20.º**

#### ***Regra Geral***

1 – O prazo para pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais é de 10 dias a contar da notificação para pagamento efectuada pelos serviços competentes, salvo nos casos em que a lei fixe prazo específico.

2 – Nas situações em que o acto ou facto já tenha sido praticado ou utilizado sem o necessário licenciamento ou autorização municipal, nos casos de revisão do acto de liquidação que implique uma liquidação adicional, bem como nos casos de liquidação periódica, o prazo para pagamento voluntário é o que for determinado pela Câmara Municipal, a contar da notificação para pagamento.

### **Artigo 21.º**

#### ***Licenças renováveis***

O pagamento das licenças renováveis deverá fazer-se no prazo de 30 dias antes da respectiva caducidade, salvo se outro prazo constar da lei ou for fixado pela Câmara Municipal.



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

14

*Am*

*h*

## **Artigo 22.º**

### ***Incumprimento***

1- São devidos juros de mora pelo incumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.

2- As dívidas que não forem pagas voluntariamente serão objecto de cobrança coerciva através de um processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

## **Artigo 23.º**

### ***Extinção das taxas***

1- As taxas do município de Santo Tirso extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção nos termos da Lei Geral Tributária.

2- As referidas taxas podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação quando tal seja compatível com o interesse público.

## **Artigo 24.º**

### ***Prescrição***

1- As dívidas por taxas prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

2- A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.

3- A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, nestes caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

SISTEMA CERTIFICADO

**eic**

ISO 9001

certificação  
acreditada

IRAC

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR

## **CAPÍTULO V**

### **NÃO PAGAMENTO**



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

15

Av

87

## **Artigo 25.º**

### ***Extinção do procedimento***

1 – Sem prejuízo no disposto no número seguinte, o não pagamento das taxas e outras receitas municipais no prazo estabelecido para o efeito implica a extinção do procedimento.

2 – Poderá o utente obstar à extinção, desde que efectue o pagamento da quantia liquidada, em dobro, nos dez dias seguintes ao termo do prazo de pagamento respectivo.

## **Artigo 26.º**

### ***Cobrança coerciva***

1 – Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais liquidadas e que constituam débitos ao Município, vencem-se juros de mora à taxa legal.

2 – Consideram-se em débito todas as taxas e outras receitas municipais, relativamente às quais o contribuinte usufruiu do facto, do serviço ou do benefício, sem o respectivo pagamento.

3 – O não pagamento das taxas e outras receitas municipais referidas nos números anteriores implica a extracção das respectivas certidões de dívida e seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.

4 – Para além da execução fiscal, o não pagamento das licenças renováveis previstas no artigo 21.º, pode implicar a sua não renovação para o período imediatamente seguinte.

## **CAPÍTULO VI**

### **EMISSÃO, RENOVAÇÃO E CESSAÇÃO DAS LICENÇAS**

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

16

Ar  
h

## **Artigo 27.º**

### ***Emissão da licença***

1 – Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento e mediante o pagamento das taxas, os serviços municipais assegurarão a emissão da licença respectiva, na qual deverá constar:

- a) A identificação do titular: nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
- b) O objecto do licenciamento, sua localização e características;
- c) As condições impostas no licenciamento;
- d) A validade da licença, bem como o seu número de ordem.

2 – O período referido no licenciamento pode reportar-se ao dia, semana, mês ou ano civil, determinado em função do respectivo calendário.

## **Artigo 28.º**

### ***Precariedade das licenças***

1 – Todas as licenças concedidas são consideradas precárias, podendo a Câmara Municipal, por motivo de interesse público, devidamente fundamentado, fazer cessá-las, restituindo, neste caso, a taxa correspondente ao período não utilizado.

2 – Exceptuam-se do disposto no número anterior as licenças que, nos termos da lei, não sejam consideradas precárias.

## **Artigo 29.º**

### ***Renovação de licenças***

1 – As licenças renováveis constantes do artigo 21.º consideram-se emitidas nas condições e termos em que foram concedidas as correspondentes licenças iniciais, sem prejuízo da actualização do valor da taxa a que houve lugar e do disposto no nº4 do artigo 26º.

2 – Não haverá lugar à renovação se o titular do licenciamento formular pedido nesse sentido, até 30 dias antes do termo do prazo inicial ou da sua renovação.



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR





**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

17

*Ac*  
*h*

### **Artigo 30.º**

#### ***Cessação das licenças***

As licenças emitidas cessam nas seguintes situações:

- a) A pedido expresso dos seus titulares;
- b) Por decisão do Município, nos termos do artigo 28.º;
- c) Por caducidade, uma vez expirado o prazo de validade das mesmas;
- d) Por incumprimento das condições impostas no licenciamento.

## **CAPÍTULO VII**

### **CONTRA-ORDENAÇÕES**

#### **Artigo 31.º**

#### ***Contra-Ordenações***

1- Constitui contra-ordenação, punível com coima de 50€ a 2.500€ no caso de pessoas singulares, e de 250€ a 15.000€ no caso de pessoas colectivas, a falta ou inexactidão da declaração do sujeito passivo, nos termos do disposto no art.6º do presente Regulamento, de que resulte erro de liquidação.

2- A tentativa é punível.

3- À contra-ordenação referida no número anterior é aplicável o regime geral das contra-ordenações, as normas do Regime Geral das Infracções Tributárias e o Código do Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

## **CAPÍTULO VIII**

### **GARANTIAS FISCAIS**

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**

ISO 9001

certificação  
acreditada

IFCC

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Cívil e Actividades de Círculo  
Administrativo, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

18

*Handwritten signature/initials*

## **Artigo 32.º**

### ***Garantias Fiscais***

1 – À reclamação graciosa ou impugnação judicial da liquidação e cobrança de taxas, aplicam-se as normas da Lei Geral Tributária e as do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

2 – Compete ao órgão executivo a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas, encargos de mais-valias e outras receitas de natureza tributária, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

## **CAPÍTULO IX**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **Artigo 33.º**

### ***Devolução de documentos***

1 – Os documentos autênticos ou autenticados apresentados pelos requerentes para comprovação dos factos poderão ser devolvidos, quando dispensáveis.

2 – Sempre que o conteúdo dos documentos deva ficar registado no processo e o apresentante manifeste interesse na posse dos mesmos, os serviços extrairão e apensarão as fotocópias necessárias cobrando o respectivo custo, nos termos do fixado na Tabela.

## **Artigo 34.º**

### ***Cauções***

O pagamento das taxas referidas no presente regulamento não prejudica a prestação de cauções que ao caso se afigurem convenientes, nas condições a estabelecer pela Câmara Municipal.

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**

ISO 9001

certificação

acreditada

IRAC

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Cívil e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Contábil

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

19

Ar

Handwritten signature or mark.

### **Artigo 35º**

#### ***Aplicação aos SMAES***

1- O presente regulamento aplica-se, com as devidas adaptações, à liquidação, cobrança e pagamento das taxas aplicadas pelos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso (SMAES), as quais constam da Tabela anexa ao presente regulamento e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II.

2- Às restantes taxas correspondentes a serviços prestados pelos SMAES, designadamente emissão de fotocópias e certidões, que se identifiquem com as cobradas pela Câmara Municipal, aplica-se a Tabela anexa ao presente regulamento, identificada como Anexo I.

3- As referências efectuadas no presente regulamento ao Presidente da Câmara, com faculdade de delegação ou subdelegação nos vereadores devem ter-se como efectuadas ao Presidente do Conselho de Administração dos SMAES, com faculdade de delegação no Administrador Delegado.

4- Além das formas de pagamento previstas no nº2 do art. 17º, as taxas resultantes de serviços prestados pelos SMAES podem ser cobradas por débito em conta ou vale postal.

### **Artigo 36º**

#### ***Integração de lacunas***

Aos casos não previstos neste Regulamento, aplicar-se-ão as normas do Código de Procedimento Administrativo e Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações e, na sua falta, os princípios gerais de Direito Fiscal.

### **Artigo 37º**

#### **Fundamentação económico-financeira do valor das taxas**

A fundamentação económico-financeira do valor das taxas previstas no presente Regulamento consta do Anexo III.

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Cível e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR

## **Artigo 38º**

### **Preços**

Pelos serviços prestados pela Câmara Municipal, que não confirmam a natureza de taxas, são cobrados os preços que constam da Tabela anexa ao presente Regulamento, a qual constitui o Anexo IV.

## **Artigo 39º**

### **Norma revogatória**

1- É revogado o Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Diversas da Câmara Municipal bem como o Regulamento e Tabela de Taxas e licenças dos SMAES.

2- Qualquer referência às taxas previstas nos referidos regulamentos ou às taxas previstas nas tabelas anexas a outros regulamentos municipais deve ser entendida como efectuada para o presente Regulamento e Tabela de taxas anexa.

## **Artigo 40º**

### **Entrada em vigor**

1-O presente Regulamento e Tabela de Taxas anexa entram em vigor no dia 30 de Abril de 2010.

2- As novas taxas são aplicadas aos actos praticados após a entrada em vigor deste regulamento, ainda que respeitantes a processos iniciados anteriormente.



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## TABELA DE TAXAS

### CAPÍTULO I

#### TAXAS DIVERSAS

Artigo		
1	Cópias de documentos e processos administrativos	
1	Cópia de documentos arquivados:	
a)	Dimensão A4, em papel, por página	0,76 €
b)	Dimensão A3, em papel, por página	0,84 €
c)	Dimensão superior a A3, em papel, por dm2	0,60 €
d)	Em suporte digital	3,00 €
e)	Acréscimo taxa fixa por cada processo de obras particulares (excepto nas cópias para efeitos de IMI) Nota: A taxa fixa é cobrada aquando do pedido que lhe dá origem	3,00 €
2	Autenticação, excepto para efeitos de IMI, por cada página	3,00 €
3	Certidões	
1	Taxa fixa Nota: A taxa fixa é cobrada aquando do pedido que lhe dá origem	10,00 €
2	Por cada página	2,50 €
3	Acréscimo por cada certidão dependente de despacho	10,00 €
4	Buscas, por cada ano, excepto o corrente ou um daqueles que expressamente se indique	3,02 €
5	Vistorias não incluídas noutros capítulos desta tabela	80,00 €
6	Alvarás não especialmente contemplados na tabela	18,52 €
7	Averbamentos não especialmente contemplados na tabela	11,20 €
8	Restituição de documentos juntos a processos, quando autorizada	7,78 €
9	Confiança autorizada de processo a advogado ou solicitador, por cada processo e dia útil ou fracção	8,00 €
10	Afixação de Editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público	24,31 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eic**

ISO 9001

certificação

credenciada

EFAC

Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Albergamento  
Social e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

22

*Am*  
*[Signature]*

## CAPÍTULO II

### VENDEDORES AMBULANTES

<b>11</b>	<b>Vendedores ambulantes</b>	
<b>1</b>	Emissão de cartão	13,00 €
<b>2</b>	Renovação e averbamentos	8,00 €
<b>3</b>	Emissão de 2.ª via do cartão	10,00 €

## CAPÍTULO III

### CAPÍTULO III - LICENÇAS DE CONDUÇÃO

<b>12</b>	<b>Licenças de condução de ciclomotores, motociclos de cilindrada não superior a 50cm<sup>3</sup> e de tractores agrícolas</b>	
<b>1</b>	Emissão	17,00 €
<b>2</b>	Revalidação	9,00 €
<b>3</b>	2.ª Via	17,00 €
<b>4</b>	Averbamento	9,00 €

## CAPÍTULO IV

### PUBLICIDADE

<b>13</b>	<b>Apreciação de processos:</b>	
<b>1</b>	Cartazes, impressos e veículos excepto unidades móveis publicitárias	8,00 €
<b>2</b>	Outros	12,00 €
<b>14</b>	<b>Publicidade sonora, difundida através de aparelhos fixos ou móveis na ou para a via pública</b>	
<b>1</b>	Por dia ou fracção	15,00 €
<b>2</b>	Por semana ou fracção	60,00 €
<b>15</b>	<b>Painéis, mupis e outro mobiliário urbano</b>	
<b>1</b>	Por m <sup>2</sup> ou fracção e por mês ou fracção	2,50 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
**ISO 9001**

certificação  
acreditada  
IFCC

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Albergamento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Computar

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

2	Por m2 ou fracção e por ano ou fracção	30,00 €
16	Anúncios luminosos, iluminados e electrónicos	
1	Por m2 ou fracção e por mês ou fracção	1,25 €
2	Por m2 ou fracção e por ano ou fracção	15,00 €
17	Tabuletas, letras soltas ou símbolos, cartazes, autocolantes em vitrinas, persianas, telas ou lonas em fachadas, toldos, bandeiras, bandeirolas e pendões.	
1	Por m2 ou fracção e por mês ou fracção	2,50 €
2	Por m2 ou fracção e por ano ou fracção	30,00 €
18	Impressos publicitários distribuídos na via pública, por espécie e por dia	16,00 €
19	Balões e insufláveis	
1	Por unidade e por dia	4,00 €
2	Por unidade e por semana	12,00 €
20	Suportes publicitários da Câmara Municipal colocados nas zonas industriais, por placa e por ano	25,00 €
21	Veículos excepto unidades móveis publicitárias, por unidade, por ano	
1	Veículos ligeiros	25,00 €
2	Veículos pesados	100,00 €
22	Unidades móveis publicitárias	
1	Por dia	10,00 €
2	Por ano	350,00 €
23	Remoção de publicidade não licenciada	100,00 €

## CAPÍTULO V

### CAPÍTULO V - OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

24	Apreciação de processos	12,00 €
25	Construção ou instalações provisórias para diversão pública ou por ocasião de festividades, excepto circos	

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
ISO 9001

certificação  
acreditada

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Computers

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

24

1	Por m2 e por semana ou fracção	1,60 €
2	Por m2 e por mês	4,50 €
26	Pavilhões, quiosques e similares, com carácter estável, por m2 ou fracção e por mês ou fracção	8,20 €
27	Mesas, cadeiras e guarda-sóis, por m2 ou fracção e por mês ou fracção	1,70 €
28	Toldos e similares, painéis e outros suportes publicitários na via pública	
1	Por m2 ou fracção e por mês ou fracção	0,70 €
2	Por m2 ou fracção e por ano	8,40 €
29	Reservatórios à superfície	
1	Por m2 ou fracção e por mês ou fracção	3,00 €
2	Por m2 ou fracção e por ano	35,00 €
30	Reservatórios e instalações similares no subsolo, com excepção das destinadas a bombas abastecedoras	
1	Por m3 ou fracção e por mês	1,70 €
2	Por m3 ou fracção e por ano	20,00 €
31	Tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes, por metro linear ou fracção e por ano ou fracção	
1	Ocupação aérea	6,00 €
2	Ocupação subterrânea	1,06 €
32	Resguardos, tapumes ou andaimes, por piso resguardado ou servido e por cada m2 ou fracção e por 15 dias ou fracção	0,60 €
33	Depósitos de materiais, contentores e outras ocupações autorizadas, fora dos resguardos ou tapumes, por m2 ou fracção e por 15 dias ou fracção	3,15 €
34	Ocupações que impliquem danificação de pavimentos, sem prejuízo da obrigatoriedade de reposição, por 15 dias ou fracção:	
1	Valas por m2 ou fracção	1,00 €
2	Outras, por m2 ou fracção	1,50 €
35	Gruas móveis, veículos para cargas e descargas, por veículo, por dia	10,00 €
36	Postos de abastecimento de combustíveis instalados na via pública, por ano	700,00 €
37	Outras ocupações de áreas do domínio público, por mês e por m2 ou fracção	4,00 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
ISO 9001

certificação  
acreditada

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Alargamento  
Genial e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR





**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

38	Rampas para acesso automóvel	20,00 €
39	Inspecção para verificação do cumprimento das condições impostas	25,00 €
40	Suspensão do trânsito	
1	Taxa fixa	50,00 €
2	Acresce, por dia ou fracção	5,00 €

#### CAPÍTULO VI

##### ALVARÁS SANITÁRIOS

41	Averbamento de Alvarás Sanitários	35,00 €
----	-----------------------------------	---------

#### CAPÍTULO VII

##### HORÁRIOS FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

42	Autorização para prolongamento de horário de funcionamento	
1	Taxa fixa	14,00 €
2	Acresce, por mês ou fracção	3,00 €

#### CAPÍTULO VIII

##### LOJAS DO LARGO CORONEL BAPTISTA COELHO

43	Taxas mensais de ocupação:	
1	Loja G (26,00m2)	150,00 €
2	Loja H (25,00m2)	145,00 €
3	Loja I (13,00m2)	75,00 €

#### CAPÍTULO IX

##### CENTRAL DE TRANSPORTES

44	Toques:	
----	---------	--

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
**ISO 9001**

certificação  
acreditada  
IFAC

Serviços de Obras Particulares,  
Apoio Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

26

*Handwritten signature and initials.*

1	Até 10 toques/cada	0,34 €
2	De 11 a 20 toques/cada	0,31 €
3	De 21 a 30 toques/cada	0,27 €
4	De 31 a 40 toques/cada	0,22 €
5	De 41 a 50 toques/cada	0,16 €
6	De 51 a 75 toques/cada	0,10 €
7	Mais de 75 toques/cada	0,08 €
45	Aparcamento:	
1	No período das 8.00 horas às 20.00 horas, por minuto e por veículo	0,01 €
2	No período das 20.00 horas às 8.00 horas, por minuto e por veículo	0,07 €
46	Taxas mensais de ocupação dos escritórios:	
1	Escritório 1 (33,00m2)	181,50 €
2	Escritório 2 (33,00m2)	181,50 €
3	Escritório 3 (33,00m2)	181,50 €
4	Escritório 4 (33,00m2)	181,50 €
5	Escritório 5 (33,00m2)	181,50 €
6	Escritório 6 (33,00m2)	181,50 €
7	Escritório 7 (32,00m2)	176,00 €
8	Escritório 7D (40,00m2)	220,00 €
9	Escritório 8 (39,00m2)	214,50 €
47	Taxas mensais de ocupação das lojas comerciais:	
1	Loja 1 Snack - Bar (38,00m2)	452,00 €
2	Loja 2 Restaurante (132,00m2)	905,00 €
3	Loja 3 (11,70m2)	203,00 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Apoio Social e Atendimento  
Geral e Atividades de Cessão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

27  
*[Handwritten signature]*

4	Loja 4 (7,9m2)	158,00 €
5	Loja 5 (7,9m2)	158,00 €
6	Loja 6 (15,20m2)	215,00 €
7	Loja 7 Quiosque (12,14m2)	226,00 €
8	Loja 8 (46,55m2)	418,00 €
9	Loja 9 (22,77m2)	271,00 €
10	Loja 10 (22,77m2)	226,00 €
11	Loja 11 (22,77m2)	226,00 €
12	Loja 12 (22,77m2)	226,00 €
13	Loja 13 (46,55m2)	407,00 €
14	Loja 14 (23,31m2)	249,00 €
15	Loja 15 (12,20m2)	192,00 €
16	Loja 16 (11,40m2)	181,00 €
17	Loja 17 (11,70m2)	181,00 €
18	Loja 18 (11,50m2)	192,00 €
19	Loja 19 (6,2m2)	90,00 €
20	Loja 20 (11,10m2)	113,00 €
21	Loja 21 (14,50m2)	181,00 €
22	Loja 22 (41,90m2)	271,00 €

### CAPÍTULO XIII

#### ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA

48	Cartão de residente	
1	Por mês ou fracção	7,00 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**

ISO 9001

certificação  
acreditada

IFCC

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Cidad e Actividades de Cidadão  
Administrativas, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

28

*h*  
*Au*

2	Por semestre ou fracção	42,00 €
3	Por ano ou fracção	84,00 €
49	Cartão de comerciante	
1	Por mês ou fracção	25,00 €
2	Por semestre ou fracção	150,00 €
3	Por ano ou fracção	300,00 €
50	Averbamentos e 2.ªs vias	10,00 €

#### CAPÍTULO XIV

##### INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RECINTOS

51	Recintos itinerantes:	
1	Taxa de apreciação para autorização de instalação	12,00 €
2	Licença de funcionamento, por equipamento de diversão e por semana ou fracção	35,00 €
3	Renovação da licença de funcionamento, por equipamento de diversão e por semana ou fracção	20,00 €
52	Recintos improvisados:	
1	Taxa de apreciação para aprovação de instalação	12,00 €
2	Licença de funcionamento, por semana ou fracção	35,00 €
3	Renovação da licença de funcionamento, por semana ou fracção	20,00 €
53	Vistorias	45,00 €

#### CAPÍTULO XV

##### TRANSPORTES DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS

54	Licenças de táxi	
1	Emissão de licenças atribuídas por concurso público	588,00 €
2	Averbamentos	88,00 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eic**  
ISO 9001

certificação  
acreditada  
IFAC

Serviços de Obras Particulares,  
Acolho Social e Atendimento  
Geral a Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Contingência

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

29  
*[Handwritten signature]*

3	Emissão da licença por substituição de veículos	88,00 €
---	---	---------

## **CAPÍTULO XVI**

### **LICENCIAMENTO DE ACTIVIDADES DIVERSAS**

55	Guarda-nocturno:	
1	Emissão da licença	22,00 €
2	Renovação	11,50 €
3	Averbamento	6,00 €
56	Venda ambulante de lotarias:	
1	Emissão da licença	22,00 €
2	Renovação	11,50 €
3	Averbamento	6,00 €
57	Arrumador de automóveis	
1	Emissão da licença	6,00 €
2	Renovação	3,00 €
3	Averbamento	2,00 €
58	Realização de acampamentos ocasionais, por dia	6,00 €
59	Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão:	
1	Taxa de apreciação de processos de licenças de exploração e de autorizações para mudanças de local	10,00 €
2	Licença de exploração, por cada máquina, por ano	100,00 €
3	Licença de exploração, por cada máquina, por semestre	50,00 €
4	Registo de máquinas, por cada máquina	100,00 €
5	Averbamento por transferência de propriedade, por cada máquina	50,00 €
6	2.ª Via do título de registo, por cada máquina	34,00 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**

ISO 9001

certificação  
acreditada

IRPC  
Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

30  
A-

7	Licença de exploração de máquina de diversão em recintos itinerantes, por máquina e por dia	2,50 €
60	Espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias jardins e demais lugares públicos ao ar livre:	
a)	Provas desportivas por dia	19,00 €
b)	Arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos	17,00 €
61	Venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda:	
1	Emissão de licença	34,00 €
2	Renovação	17,00 €
3	Averbamento	11,00 €
62	Realização de leilões em lugares públicos, por dia:	
1	Sem fins lucrativos	6,00 €
2	Com fins lucrativos	40,00 €
63	Licença Especial de Ruído	17,00 €

**CAPÍTULO XVII**

**MERCADOS E FEIRAS**

64	Ocupação do Mercado Municipal (taxa mensal)	
1	Loja (44 m2) - Indefinida	535,00 €
2	Loja (44 m2) - Indefinida	535,00 €
3	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
4	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
5	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
6	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
7	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
8	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Computas

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

31

9	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
10	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
11	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
12	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
13	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
14	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
15	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
16	Banca Desmontável (7,8 m2) - Frutas e Legumes	22,00 €
17	Loja (12,1 m2) - Frutas e Legumes	111,00 €
18	Loja (12,1 m2) - Frutas e Legumes	111,00 €
19	Loja (12,1 m2) - Frutas e Legumes	111,00 €
20	Loja (12,1 m2) - Frutas e Legumes	111,00 €
21	Loja (12,1 m2) - Frutas e Legumes	111,00 €
22	Loja (12,1 m2) - Frutas e Legumes	111,00 €
23	Loja (12,1 m2) - Frutas e Legumes	111,00 €
24	Loja (25,8 m2) - Talho	312,00 €
25	Loja (25,8 m2) - Talho	312,00 €
26	Loja (44 m2) - Talho	401,00 €
27	Loja (15,7 m2) - Peixe	134,00 €
28	Loja (31,8 m2) - Talho	312,00 €
29	Loja (15,7 m2) - Talho	200,00 €
30	Loja (15,7 m2) - Talho	200,00 €
31	Loja (44 m2) - Talho	401,00 €
32	Loja (25,8 m2) - Talho	312,00 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eic**  
**ISO 9001**

certificação  
acreditada  
IRAC

Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Atendimento  
Cidadão e Aplicações de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

32

*Handwritten signature and number 32.*

33	Loja (25,8 m2) - Talho	312,00 €
34	Loja (15,8 m2) - Talho	178,00 €
35	Loja (24,8 m2) - Talho	267,00 €
36	Loja (24,8 m2) - Talho	267,00 €
37	Loja (15,8 m2) - Talho	178,00 €
38	Loja (15,7 m2) - Peixe	134,00 €
39	Loja (15,7 m2) - Peixe	134,00 €
40	Banca fixa (6,6 m2) - Peixe	45,00 €
41	Banca fixa (6,6 m2) - Peixe	45,00 €
42	Banca fixa (6,6 m2) - Peixe	45,00 €
43	Banca fixa (6,6 m2) - Peixe	45,00 €
44	Banca fixa (6,6 m2) - Peixe	45,00 €
45	Banca fixa (6,6 m2) - Peixe	45,00 €
46	Banca fixa (6,6 m2) - Peixe	45,00 €
47	Loja (11,7 m2) - Peixe	89,00 €
48	Loja (11, 7 m2) - Peixe	89,00 €
49	Loja (12,1 m2) - Venda de Pão	89,00 €
50	Loja (12,1 m2) - Venda de Pão	89,00 €
51	Loja (12,1 m2) - Flores	89,00 €
52	Loja (35 m2) - Cereais e Rações	178,00 €
53	Loja (35,8 m2) - Gelo	312,00 €
54	Loja (91,5 m2) - Snack-Bar e Café	535,00 €
55	Loja (91,5 m2) - Snack-Bar e Café	535,00 €
56	Loja (75,5 m2) - Snack-Bar e Café	446,00 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
**ISO 9001**

certificação  
acreditada

Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Aconselhamento  
Geral e Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras.

M.020GR





**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

33

*Handwritten signature and initials.*

57	Loja (171,8 m2) - Restaurante / Snack-Bar	713,00 €
58	Banca fixa (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
59	Banca fixa (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
60	Banca fixa (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
61	Banca fixa (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
62	Banca fixa (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
63	Banca fixa (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
64	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
65	Banca Desmontável (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
66	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
67	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
68	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
69	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
70	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
71	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
72	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
73	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
74	Banca Desmontável (2,4 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
75	Banca Desmontável (2,4 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
76	Banca Desmontável (2,4 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
77	Banca Desmontável (2,4 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
78	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
79	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
80	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
**ISO 9001**

certificação  
acreditada

Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Atendimento  
Geral e Atividades de Cessão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

34

81	Banca Desmontável (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
82	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
83	Banca Desmontável (2,2 m2) - Prod. Hortícolas	9,00 €
84	Banca Desmontável (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
85	Banca Desmontável (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
86	Banca Desmontável (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
87	Banca Desmontável (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
88	Banca Desmontável (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
89	Banca Desmontável (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
90	Banca Desmontável (4,3 m2) - Prod. Hortícolas	13,00 €
65	Terrado, por dia e m2	
1	Géneros alimentícios, produtos agrícolas, aves e coelhos	0,26 €
2	Mobiliários, ferragens, artigos de ourivesaria, tecidos, malhas, peças de vestuário e calçado	0,51 €
3	Outros artigos ou produtos	0,39 €
66	Utilização da Câmara Frigorífica:	
1	Carnes:	
a)	Por gancho/dia	1,13 €
b)	Por gancho/mês	15,00 €
2	Por cada abertura extraordinária	5,00 €
67	Utilização das arrecadações comuns:	
1	Por cada peça ou por cada m2 ou fracção, à escolha do interessado, e por dia	0,50 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Cível e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR

**CAPÍTULO XVIII**

**CEMITÉRIOS**



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

35

*Handwritten signature and initials "Ac" over the number 35.*

68	Inumação em Sepulturas:	
1	Sepultura temporária - cada	38,00 €
2	Sepultura perpétua - cada	95,00 €
69	Inumações em jazigos - particulares - cada:	115,00 €
70	Ocupação de Sepultura Temporária, para além do prazo legal de inumação e por cada ano	37,00 €
71	Ocupação de ossários municipais, cada ossário, por ano ou fracção	10,00 €
72	Exumação - por cada ossada, incluindo limpeza e transladação dentro do cemitério	61,00 €
73	Concessão de terrenos nos cemitérios municipais	
1	Para sepulturas perpétuas (2 m2)	1.500,00 €
2	Para jazigos (9 m2)	7.980,00 €
a)	Com capela	
i)	3 urnas	10.000,00 €
ii)	6 urnas	17.500,00 €
3	Para ossários (0,5 m2)	250,00 €
74	Transladação	20,00 €
75	Tratamento de sepulturas e sinais funerários:	
1	Ajardinamentos:	
a)	Pelo período de um ano	30,00 €
b)	Pelo período de cinco anos	122,00 €
2	Colocação de cruz ou floreira	15,00 €
3	Colocação de guia e tampo	15,00 €
76	Averbamento em alvarás de concessão de terrenos em nome do novo proprietário	
1	Cônjuge e filhos do anterior proprietário:	
a)	Para jazigos	73,00 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
**ISO 9001**

certificação  
acreditada  
IFAC

Serviços de Classe Particular,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

36

Ar

	b)	Para sepulturas perpétuas	27,00 €
77		Averbamentos de transmissões para pessoas diferentes:	
	1	Para jazigos	122,00 €
	2	Para sepulturas perpétuas	49,00 €
78		Reabertura do cemitério fora das horas regulamentares	171,00 €
79		Obras de conservação e reparação em jazigos e sepulturas perpétuas:	
	1	Em jazigos	142,00 €
	2	Em sepulturas	50,00 €

## CAPÍTULO XIX

### CARTOGRAFIA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

80		Carta Militar 1/25000 com coordenadas geográficas	
	1	Em papel, dimensão A4	6,50 €
	2	Em formato raster, dimensão A4	10,00 €
81		Cartografia municipal	
	1	Escala 1/5000, em papel, incluindo envio automático para e-mail de formato vectorial, dimensão A4	6,50 €
	2	Em papel ou em formato digital (raster), excluindo a prevista no nº1	
	a)	Taxa fixa Nota: A taxa fixa é cobrada aquando do pedido que lhe dá origem	12,00 €
	b)	Por cada dm2	0,60 €
	3	Em formato vectorial	
	a)	Taxa fixa Nota: A taxa fixa é cobrada aquando do pedido que lhe dá origem	12,00 €
	b)	Escala 1/5000, por cada dm2	12,00 €
	c)	Levantamento 1/2000, por cada dm2	19,00 €
	d)	Levantamento 1/1000, por cada dm2	29,00 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Cessão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compra

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

37

*Ar*

<b>82</b>	Ortofotomapa em papel ou formato digital	
<b>1</b>	Taxa fixa Nota: A taxa fixa é cobrada aquando do pedido que lhe dá origem	12,00 €
<b>2</b>	Por cada dm2	0,60 €
<b>83</b>	Extracto de Plano Municipal de Ordenamento do Território	
<b>1</b>	Em papel, dimensão A4	6,50 €
<b>2</b>	Em papel ou formato digital raster, dimensão superior a A4	
<b>a)</b>	Taxa fixa Nota: A taxa fixa é cobrada aquando do pedido que lhe dá origem	12,00 €
<b>b)</b>	Por cada dm2	0,60 €
<b>84</b>	Informação geográfica - SIG Municipal	
<b>1</b>	Taxa fixa Nota: A taxa fixa é cobrada aquando do pedido que lhe dá origem	15,00 €
<b>2</b>	Informação alfanumérica, por cada campo de dados	4,00 €
<b>3</b>	Informação raster não georeferenciada, por cada MB de dados ou fracção	0,50 €
<b>4</b>	Informação raster georeferenciada, por cada MB de dados ou fracção	0,70 €
<b>5</b>	Informação vectorial+alfanumérica (shapefile), por cada MB de dados ou fracção	20,00 €
<b>6</b>	Informação vectorial, por cada MB de dados ou fracção	15,00 €

## CAPÍTULO XX

### OBRAS PARTICULARES

<b>85</b>	Apreciação de processos	
<b>1</b>	Informação prévia ao abrigo do n.º 1 do artigo 14º do RJUE	40,00 €
<b>2</b>	Informação prévia ao abrigo do n.º 2 do artigo 14º do RJUE	
<b>a)</b>	Demolições	15,00 €
<b>b)</b>	Muros, vedações, portões, pavimentos exteriores, tanques e obras análogas	20,00 €
<b>c)</b>	Construções até 60 m2 de área bruta	20,00 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**

ISO 9001

certificação

acreditada

IFCC

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Alargamento  
Geral e Actividades de Cessão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

d)	Construções de habitação até 200 m2 de área bruta	55,00 €
e)	Construções até 10 unidades de utilização independente ou até 1000 m2 de área bruta	85,00 €
f)	Construções com mais de 10 unidades de utilização independente ou mais de 1000 m2 de área bruta	168,00 €
g)	Alteração de utilização, sem obras, por cada unidade	20,00 €
3	Pedido de declaração no âmbito de informação prévia ao abrigo do n.º 3 do artigo 17º do RJUE	30,00 €
4	Demolições	15,00 €
5	Muros, vedações, portões, pavimentos exteriores, tanques e obras análogas	20,00 €
6	Construções até 60 m2 de área bruta	20,00 €
7	Construções de habitação até 200 m2 de área bruta	55,00 €
8	Construções até 10 unidades de utilização independente ou até 1000 m2 de área bruta	85,00 €
9	Construções com mais de 10 unidades de utilização independente ou mais de 1000 m2 de área bruta	168,00 €
10	Alteração de utilização, sem obras, por cada unidade	20,00 €
11	Alteração ou ampliação ao projecto inicial antes da emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia	De acordo com as alíneas anteriores
12	Novos pedidos, sem alterações ao projecto, de processos cuja licença, autorização ou comunicação tenham caducado	50% da taxa de acordo com as alíneas anteriores
86	Licença	
1	1º Escalão – até 2500 EUR	20,00 €
2	2º Escalão - mais de 2500 a 10000 EUR	50,00 €
3	3º Escalão - mais de 10000 a 25000 EUR	127,00 €
4	4º Escalão - mais de 25000 a 50000 EUR	255,00 €
5	5º Escalão - mais de 50000 a 125000 EUR	663,00 €
6	6º Escalão - mais de 125000 a 250000 EUR	1.274,00 €
7	7º Escalão - mais de 250000 a 500000 EUR	2.549,00 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Assessoria  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

39

*Handwritten signature/initials*

8	8º Escalão - mais de 500000 a 1000000 EUR	6.116,00 €
9	Por cada 500000 euros ou fracção a mais	663,00 €
10	Demolições de construções ou de muros de vedação por cada 100 m2 ou 10 m lineares, ou fracção	19,50 €
11	2ª prorrogação para acabamentos: adicional de 2% da taxa inicial, por cada mês a mais	adicional de 2% da taxa inicial, por cada mês a mais
12	Obras cuja execução seja legitimamente imposta pela Câmara Municipal	50% do valor das alíneas anteriores
13	Nova licença para renovação de licença, autorização ou comunicação prévia tenham caducado	valor das obras que faltam de acordo com as alíneas anteriores
14	Licença parcial	valor da taxa total da licença não havendo liquidação da mesma aquando da emissão da licença de construção
15	Deferimento tácito	valor da licença do deferimento expresso
16	Licença especial para a conclusão de obras inacabadas	50% valor das obras que faltam de acordo com a estimativa orçamental
87	Comunicação Prévia	
1	1º Escalão – até 2500 EUR	19,00 €
2	2º Escalão - mais de 2500 a 10000 EUR	45,00 €
3	3º Escalão - mais de 10000 a 25000 EUR	121,00 €
4	4º Escalão - mais de 25000 a 50000 EUR	242,00 €
5	5º Escalão - mais de 50000 a 125000 EUR	629,00 €
6	6º Escalão - mais de 125000 a 250000 EUR	1.210,00 €
7	7º Escalão - mais de 250000 a 500000 EUR	2.421,00 €
8	8º Escalão - mais de 500000 a 1000000 EUR	5.810,50 €
9	Por cada 500000 euros ou fracção a mais	629,00 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

40

10	2ª prorrogação para acabamentos: adicional de 2% da taxa inicial, por cada mês a mais	adicional de 2% da taxa inicial, por cada mês a mais
11	Obras cuja execução seja legitimamente imposta pela Câmara Municipal	50% do valor das alíneas anteriores
12	Nova admissão de comunicação prévia para renovação de licença, autorização ou comunicação prévia tenham caducado	valor das obras que faltam de acordo com as alíneas anteriores
13	Deferimento tácito	valor da licença do deferimento expresso
14	Comunicação prévia especial para a conclusão de obras inacabadas	50% valor das obras que faltam de acordo com a estimativa orçamental
88	Autorização de utilização	
1	Habitação:	
a)	Por um fogo	25,00 €
b)	Por cada fogo a mais	20,00 €
2	Estabelecimentos de comércio ou armazenagem de produtos alimentares e estabelecimentos de comércio ou de prestação de serviços com riscos para a saúde e segurança de pessoas abrangidos pelo DL 370/99 de 18 de Setembro	
a)	Até 50 m2 de área de pavimentos ou fracção	130,00 €
b)	Por cada 50 m2 de área de pavimentos ou fracção a mais	114,00 €
3	Recintos de espectáculos e de divertimentos públicos e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaços destinados a dança, ao abrigo do DL 309/2002 de 16/12	
a)	Até 50 m2 de área de pavimentos	762,00 €
b)	Por cada 50 m2 de área de pavimentos ou fracção, a mais	76,00 €
4	Empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local:	
a)	Até 300 m2 de área de pavimentos	317,00 €
b)	Por cada 50 m2 de área de pavimentos ou fracção, a mais	76,00 €
5	Estabelecimentos industriais ou de armazenagem:	
a)	Até 50 m2 de área de pavimentos	40,00 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Classe Particular,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR





**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

41

b)	Por cada 50 m2 de área de pavimentos ou fracção e por unidade de ocupação, a mais	13,00 €	
6	Outras utilizações:		
a)	Até 50 m2 de área de pavimentos ou fracção e por unidade de ocupação	25,00 €	
b)	Por cada 50 m2 de área de pavimentos ou fracção, a mais	13,00 €	
7	Deferimento tácito		valor da autorização do deferimento expresso
89	Apreciação de processos		
1	Informação prévia sobre operação de loteamento até 6 unidades de ocupação ao abrigo do n.º 1 do artigo 14º	35,00 €	
2	Informação prévia sobre operação de loteamento até 6 unidades de ocupação ao abrigo do n.º 2 do artigo 14º	80,00 €	
3	Outras informações prévias sobre operações de loteamento, obras de urbanização e remodelação de terrenos ao abrigo do n.º 1 do artigo 14º	120,00 €	
4	Outras informações prévias sobre operações de loteamento, obras de urbanização e remodelação de terrenos ao abrigo do n.º 2 do artigo 14º	150,00 €	
5	Pedido de declaração no âmbito de informação prévia ao abrigo do n.º 3 do artigo 17º do RJUE	30,00 €	
6	Remodelação de terrenos	40,00 €	
7	Operações de loteamento ou alteração:		
a)	Até 3 unidades	40,00 €	
b)	Por cada unidade de ocupação a mais	6,00 €	
8	Obras de urbanização:		
a)	Pavimentos e zonas verdes, até 500 m2 ou fracção	20,00 €	
i)	Pavimentos e zonas verdes, por 500 m2 ou fracção a mais	5,00 €	
b)	Redes de infra-estruturas por cada tipo e até 50 ml ou fracção	30,00 €	
i)	Redes de infra-estruturas por cada tipo e 50 ml ou fracção a mais	3,50 €	
9	Alteração ou ampliação ao projecto inicial antes da emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia		De acordo com as alíneas anteriores
10	Novos pedidos, sem alterações ao projecto, de processos cuja licença, autorização ou comunicação tenham caducado		50% do valor das alíneas anteriores
90	Licença		

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Alimentação  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

42

1	Remodelação de terrenos, por cada 100 m2 e por ml de desnível, ou fracções	8,00 €
2	Operações de loteamento ou alteração:	
a)	Até 3 unidades	34,00 €
b)	Por cada unidade de ocupação a mais	8,50 €
3	Obras de urbanização (não incluídas em operação de loteamento):	
a)	Pavimentos e zonas verdes, até 500 m2 ou fracção	20,00 €
i)	Pavimentos e zonas verdes, por 500 m2 ou fracção a mais	6,00 €
b)	Redes de infra-estruturas por cada tipo e 50 ml ou fracção a mais	20,00 €
i)	Redes de infra-estruturas por cada tipo e até 50 ml ou fracção	3,50 €
4	2ª Prorrogação do prazo para a realização de obras de urbanização ou remodelação de terrenos na fase de acabamentos: adicional de 5% da taxa inicial, por cada mês a mais	adicional de 5% da taxa inicial, por cada mês a mais
5	Deferimento tácito	valor da autorização do deferimento expresso
91	Admissão de comunicação prévia	
1	Remodelação de terrenos, por cada 100 m2 e por ml de desnível, ou fracções	8,00 €
2	Operações de loteamento ou alteração:	
a)	Até 3 unidades	32,00 €
b)	Por cada unidade de ocupação a mais	8,50 €
3	Obras de urbanização (não incluídas em operação de loteamento):	
a)	Pavimentos e zonas verdes, até 500 m2 ou fracção	15,00 €
i)	Pavimentos e zonas verdes, por 500 m2 ou fracção a mais	6,00 €
b)	Redes de infra-estruturas por cada tipo e até 50 ml ou fracção	15,00 €
i)	Redes de infra-estruturas por cada tipo e 50 ml ou fracção a mais	3,50 €
4	2ª Prorrogação do prazo para a realização de obras de urbanização ou remodelação de terrenos na fase de acabamentos: adicional de 5% da taxa inicial, por cada mês a mais	adicional de 5% da taxa inicial, por cada mês a mais

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Albergamento  
Gestão e Actividades de Gestão  
Administrativas, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

43

*Handwritten signature and initials*

		valor da autorização do deferimento expresso
<b>5</b>	<b>Deferimento tácito</b>	
<b>92</b>	Pedido de informação simples	25,00 €
<b>93</b>	Substituição de termo de responsabilidade do técnico ou de industrial de construção civil	25,00 €
<b>94</b>	Averbamentos	15,00 €
<b>95</b>	Vistoria para autorização de utilização ou alteração:	
<b>1</b>	Uma unidade de ocupação	55,00 €
<b>2</b>	Por cada unidade de ocupação a mais	13,00 €
<b>96</b>	Pedido de hipoteca de terreno para efeitos de prestação de caução	50,00 €
<b>97</b>	Pedido de redução de caução de obras de urbanização	55,00 €
<b>98</b>	Pedido de recepção provisória de obras de urbanização	65,00 €
<b>99</b>	Pedido de recepção definitiva de obras de urbanização	65,00 €
<b>100</b>	Outras vistorias	55,00 €
<b>101</b>	Inspeção ao local	25,00 €
<b>102</b>	Constituição ou alteração de propriedade horizontal:	
<b>1</b>	Até duas fracções	20,00 €
<b>a)</b>	Por cada fracção a mais	13,00 €
<b>103</b>	Destaque de parcela e desanexações de terrenos	15,00 €
<b>104</b>	Localização empreendimentos e de infra-estruturas	30,00 €
<b>105</b>	Outras licenças:	
<b>1</b>	Utilização do solo temporária, até um ano inclusive:	
<b>a)</b>	Até 50 m2	65,00 €
<b>b)</b>	Por cada 50 m2 a mais	6,00 €
<b>2</b>	Utilização do solo temporária, de mais de um ano a cinco anos (inclusive):	

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
**ISO 9001**

certificação  
acreditada  
por IFCC

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

44

*Handwritten signature and initials.*

	a)	Até 50 m2	65,00 €
	b)	Por cada 50 m2 a mais	6,00 €
3		Utilização do solo, com carácter definitivo ou durabilidade superior a cinco anos	635,00 €
106		Regime extraordinário de autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais ou esporádicos	50,00 €
107		Depósito de "ficha técnica da habitação" e emissão de segunda via (neste último caso acresce o valor das cópias necessárias)	18,00 €
108		Apresentação de declaração prévia	10,00 €
109		Implantação de edificação	74,00 €
110		Implantação de loteamento e/ou obras de urbanização	
1		Taxa fixa Nota: A taxa fixa é cobrada aquando do pedido que lhe dá origem	72,00 €
2		Acresce por lote	2,00 €
3		Acresce por cada 50 metros de eixo de via nova ou rectificada	2,00 €
111		Pedido e atribuição de n.º de polícia	
1		Uma unidade	10,00 €
	a)	Por cada n.º de polícia adicional	5,00 €
112		Instalação de infra-estruturas de suporte das estações de radio comunicações e respectivos acessórios	
1		Apreciação do pedido, por cada instalação	114,00 €
2		Autorização, por cada instalação	2.848,00 €
113		Áreas de Serviço	
1		Licença de funcionamento	250,00 €
2		Renovação da licença de funcionamento	125,00 €
3		Inspecção para verificação do cumprimento das condições impostas na lei	185,00 €
114		Instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis ou redes de distribuição	
1		Apreciação dos pedidos de licenciamento (incluindo licenciamento simplificado)	
	a)	Capacidade maior ou igual a 100 m3	570,00 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Círculo e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

45  
H

	i) Por cada 10 m3 a mais, acima de 100 m3	11,40 €
	b) Capacidade maior ou igual a 50 e menor que 100 m3	570,00 €
	c) Capacidade maior ou igual a 10 e menor que 50 m3	456,00 €
	d) Capacidade menor que 10 m3	285,00 €
2	Autorização para a execução de redes e ramais de distribuição	90,00 €
3	Vistorias relativas ao processo de licenciamento ou licenciamento simplificado	
	a) Capacidade maior ou igual a 100 m3	342,00 €
	b) Capacidade maior ou igual a 50 e menor que 100 m3	228,00 €
	c) Capacidade maior ou igual a 10 e menor que 50 m3	171,00 €
	d) Capacidade menor que 10 m3	114,00 €
4	Vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações:	
	a) Capacidade maior ou igual a 100 m3	342,00 €
	b) Capacidade menor que 100 m3	228,00 €
5	Vistorias periódicas	
	a) Capacidade maior ou igual a 100 m3	912,00 €
	b) Capacidade maior ou igual a 50 e menor que 100 m3	570,00 €
	c) Capacidade maior ou igual a 10 e menor que 50 m3	456,00 €
	d) Capacidade menor que 10 m3	228,00 €
6	Repetição da vistoria para verificação das condições impostas	
	a) Capacidade maior ou igual a 100 m3	684,00 €
	b) Capacidade maior ou igual a 50 e menor que 100 m3	456,00 €
	c) Capacidade maior ou igual a 10 e menor que 50 m3	342,00 €
	d) Capacidade menor que 10 m3	228,00 €
7	Averbamentos	17,10 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Apoio Social e Alimentação,  
Gestão e Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

46

8	Entrega de elementos relativos às instalações da classe B2	136,00 €
115	Actividade industrial	
1	Recepção do registo e verificação da conformidade	50,00 €
2	Vistoria de controlo para verificação do cumprimento das condições anteriormente fixadas para o exercício da actividade ou do cumprimento das medidas impostas nas decisões proferidas sobre as reclamações e os recursos hierárquicos, bem como para instruir a apreciação de alterações ao estabelecimento industrial	170,00 €
3	Vistorias de reexame das condições de exploração industrial	91,00 €
4	Averbamento da alteração da denominação industrial, com ou sem transmissão	18,00 €
5	Desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	35,00 €
6	Vistorias para verificação de medidas impostas aquando da desactivação definitiva do estabelecimento industrial	93,00 €
7	Outras vistorias previstas na legislação aplicável	93,00 €
8	Apreciação dos pedidos de regularização de estabelecimento industrial	66,00 €
116	Ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes	
1	Inspecções, por cada instalação	114,00 €
2	Reinspecções, por instalação	114,00 €

## CAPÍTULO XXI

### ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO

117	Espaços de jogo e recreio (DL nº 379/97, de 27 de Dezembro)	
1	Inspecção para efeito da fiscalização anual	80,00 €

## CAPÍTULO XXII

### EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E ALOJAMENTO LOCAL

118	Empreendimentos Turísticos e Alojamento local	
1	Auditoria para efeitos de fixação da capacidade máxima e atribuição de classificação dos empreendimentos de turismo de habitação	140,00 €
2	Auditoria para efeitos de fixação da capacidade máxima e atribuição de classificação dos empreendimentos de turismo rural, com excepção de hotéis rurais	140,00 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Alargamento  
Geral a Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Computes

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

47

3	Auditoria para efeitos de fixação da capacidade máxima e atribuição de classificação de parques de campismo ou caravanismo	140,00 €
4	Vistoria para verificação do cumprimento de requisitos no alojamento local	140,00 €

## **CAPÍTULO XXIII**

### **SERVIÇOS ESPECÍFICOS**

119	<b>Controlo Metrológico de Instrumentos de Medição</b>
	As taxas devidas pelo controlo metrológico de instrumentos de medição são as fixadas pelo despacho do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação n.º 18.853/2008, publicado no Diário da República, II Série, de 15/07/2008 nos termos do art.º 12º do D. L 291/90 de 20 de Setembro
120	<b>Bloqueamento, Remoção e Depósito de Veículos</b>
	As taxas devidas pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos são as previstas na Portaria n.º 1424/2001 de 13/12, em vigor.
121	<b>Pedreiras</b>
	As taxas devidas pelos serviços prestados no âmbito do DL n.º 270/2001, de 06/10, que aprovou o Novo Regime Jurídico de Pesquisa e Exploração de Massas Minerais (Pedreiras) são as fixadas pela Portaria n.º 1.083/2008 de 24/09.
122	<b>Cartas de caçador</b>
	As taxas devidas pelos serviços prestados são as fixadas na Portaria n.º 1405/2008, de 4 de Dezembro.
123	<b>Taxa Municipal de Direitos de Passagem</b>
	A Taxa Municipal de Direitos de Passagem é fixada anualmente pela Assembleia Municipal, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro.
124	<b>Taxas relativas ao funcionamento das Comissões Arbitrais Municipais (CAM) no âmbito do novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU)</b>
	As taxas devidas pelo funcionamento das Comissões Arbitrais Municipais (CAM) no âmbito do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), são as fixadas do disposto no DL n.º 161/2006, de 8 de Agosto

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
**ISO 9001**

certificação  
acreditada

IFAC  
Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Juandamento  
Civil e Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## TABELA DE TAXAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

### CAPÍTULO ÚNICO

#### VISTORIAS

Artigo		
<b>1</b>	<b>Vistorias</b>	
<b>1</b>	Um fogo ou unidade de ocupação (estabelecimento ou garagem, etc)	50,00 €
<b>a)</b>	Por cada fogo ou unidade de ocupação a mais, acresce	10,50 €
<b>2</b>	Outras vistorias	47,50 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Cidadão e Actividades de Cidadão  
Administrativas, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR





# MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

## Câmara Municipal

### FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA RELATIVA AO VALOR DAS TAXAS

(Em conformidade com a alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro).

### ANEXO III – FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS TAXAS DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

O presente estudo foi elaborado por Pedro Mota e Costa em estreita colaboração com os serviços do Município de Santo Tirso e visa dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, designadamente proceder à fundamentação económica e financeira das Taxas Municipais.

#### A. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTA) foi aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2007.

As taxas cobradas pelo Município de Santo Tirso inserem-se no âmbito do seu poder tributário e a sua criação, mediante regulamento aprovado pelo Órgão Deliberativo, está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade e incide sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pelas actividades das Autarquias ou resultantes da realização de investimentos municipais, designadamente:

- Realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- Concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- Utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- Gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- Gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva;
- Prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da protecção civil;
- Actividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;

- Actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;

- Actividades de promoção do desenvolvimento local.

O art.º 17.º do aludido diploma prevê a revogação das taxas actualmente existentes no início do segundo ano financeiro subsequente à sua entrada em vigor, ou seja, a partir de 1 de Janeiro de 2009, a não ser que os regulamentos então vigentes se conformem com a disciplina aprovada pelo novo regime, ou sejam alterados em conformidade com o mesmo.

O art.º 53.º da Lei n.º 54-A/2008 (Orçamento de Estado para 2009), de 31 de Dezembro, altera o aludido art.º 17.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, alargando o período transitório para 1 de Janeiro de 2010, sem prejuízo da entrada em vigor do RGTA, conforme anteriormente se aludiu, ter acontecido a 1 de Janeiro de 2007, pelo que o mesmo se aplica, sob pena de nulidade, às taxas que desde aquela data venham a ser fixadas. Recentemente, pela publicação da Lei n.º 117/2009, de 29 de Dezembro foi alargado aquele período até 30 de Abril de 2010.

As taxas são tributos que têm um carácter bilateral, sendo a contrapartida (art.º 3.º do RGTA) da:

- a. Prestação concreta de um serviço público local;
- b. Utilização privada de bens do domínio público e privado da Autarquia; ou
- c. Remoção dos limites jurídicos à actividade dos particulares.

O elemento distintivo entre taxa e imposto é a existência ou não de sinalagma.

O RGTA reforça a necessidade da verificação deste sinalagma, determinando expressamente que na fixação do valor das taxas os Municípios devem respeitar o princípio da equivalência jurídica, segundo o qual “o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da actividade pública local (CAPL) ou o benefício auferido pelo particular” (BAP) conforme alude o art.º 4.º. Mais refere que o valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos

actos ou operações. A proporcionalidade imposta, quando seja utilizado um critério de desincentivo, revela-se como um princípio da proibição de excesso, impondo um razoável controlo da relação de adequação da medida com o fim a que se destina.

Esquemáticamente:

Valor das Taxas  $\leq$   $<$   $\begin{matrix} \text{Custo da actividade pública local} \\ \text{Benefício auferido pelo particular} \end{matrix}$

Entendem-se externalidades como as actividades que envolvem a imposição involuntária de efeitos positivos ou negativos sobre terceiros sem que estes tenham oportunidade de os impedir.

Quando os efeitos provocados pelas actividades são positivos, estas são designadas por externalidades positivas. Quando os efeitos são negativos, designam-se por externalidades negativas.

As externalidades envolvem uma imposição involuntária.

Dispõe a alínea c) do n.º 2 do art.º 8.º do RGTAL que o regulamento que crie taxas municipais contém obrigatoriamente, sob pena de nulidade, a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas.

O princípio da equivalência jurídica, em concreto a equivalência económica pode, pois, ser concretizado conforme se referiu pela via do custo, adequando as taxas aos custos subjacentes às prestações que as autarquias levam a cabo, fixando-as num montante igual ou inferior a esse valor, ou pela via do benefício, adequando-as ao valor de mercado que essas prestações revestem, quando essa comparação seja possível. Quando esta comparação com actividades semelhantes prosseguidas por terceiros não é possível por estarmos perante prestações exercidas no âmbito do poder de autoridade sem similitude no mercado o indexante deverá ser, em regra, o CAPL.

No sentido clássico, as taxas são tributos que têm um <u>carácter bilateral</u> , sendo a <u>contrapartida</u> (art.º 3.º do RGTAL):	Valor da Taxa calculado em função do:
o <u>Da prestação concreta de um serviço público local</u> ;	O valor das Taxas deve ser menor ou igual ao Custo da actividade pública local ou Benefício auferido pelo particular ou ser fixada com base em critérios de desincentivo.
o <u>Da utilização privada de bens do domínio público e privado das Autarquias</u> ; ou	
o <u>De remoção dos limites jurídicos à actividade dos particulares</u>	

O CAPL está presente na formulação do indexante de todas as taxas, mesmo naquelas que são fixadas, maioritariamente, em função do BAP ou numa perspectiva de desincentivo visando a modulação e regulação de comportamentos.

O valor fixado de cada taxa poderá ser o resultado da seguinte função:

CAPL (Custo da Actividade Pública Local)		BAP (Benefício Auferido pelo Particular)		Desincentivo
Custos directos, indirectos, amortizações, encargos financeiros e futuros investimentos	E/OU	Comparação com o valor de prestações semelhantes exercidas no mercado	E/OU	Como forma de modular/regular comportamentos

Assim, cumpre sistematizar para todas as taxas o custo da actividade pública local (CAPL) compreendendo os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos a realizar pelo Município. O CAPL consubstancia, em regra, a componente fixa da contrapartida, correspondendo a componente variável à fixação adicional de coeficientes e valores concernentes à perspectiva do BAP ou desincentivo.

Na delimitação do CAPL foram arrolados os custos directos. Em conformidade com o supra aludido foi conduzido um exaustivo arrolamento dos factores "produtivos" que concorrem directa e indirectamente para a formulação de prestações tributáveis no sentido de apurar o CAPL.

Entenderam-se como factores "produtivos" a mão-de-obra directa, o mobiliário e hardware e outros custos directos necessários à execução de prestações tributáveis.

Os custos de liquidação e cobrança das taxas têm uma moldura fixa e são comuns a todas elas pelo que foi estimado um procedimento padrão para estas tarefas.

Atendendo à natureza e etimologia das taxas fixadas são possíveis de estabelecer, em nosso entender, duas tipologias:

- Tipo I – Taxas administrativas, taxas decorrentes da prestação concreta de um serviço público local, ou atinentes à remoção de um obstáculo jurídico (ex. análises de pretensões de Municípes e emissão das respectivas licenças);
- Tipo II – Taxas inerentes à utilização de equipamentos e infra-estruturas do domínio público e privado Municipal, em que se verifica um aproveitamento especial e individualizado destes.

## B. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Passamos a descrever a fórmula de cálculo utilizada para cada uma das tipologias descritas.

### TIPO I - TAXAS ADMINISTRATIVAS, TAXAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO CONCRETA DE UM SERVIÇO PÚBLICO LOCAL, OU ATINENTES À REMOÇÃO DE UM OBSTÁCULO JURÍDICO

Para cada prestação tributável, foram mapeadas as várias actividades e tarefas e identificados os equipamentos (mobiliário e hardware) e a mão-de-obra necessária reduzindo a intervenção/utilização/consumo a minutos.

O valor do Indexante CAPL é apurado, por taxa, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CAPL_i = (CMH_{GP} \times M_{iGP}) + (CKV \times Km) + CENX + CCET + CLCE + CPS + CIND$$

O CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL DAS TAXAS DO TIPO I (CAPL<sub>i</sub>) CORRESPONDE AO SOMATÓRIO DO CUSTO DA MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA PARA CONCRETIZAR AS TAREFAS INERENTES À SATISFAÇÃO DA PRETENSÃO, DO CUSTO DAS DESLOCAÇÕES, DO CUSTO DO ENXOVAL AFECTO A CADA COLABORADOR, DO CUSTO DA CONSULTA A ENTIDADES TERCEIRAS (QUANDO A ELAS HOUVER LUGAR), DOS CUSTOS DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E EXPEDIENTE (QUANDO APLICÁVEL), DO CUSTO COM PRESTADORES DE SERVIÇOS EXTERNOS (QUANDO A ELES SE RECORRA) E AINDA COM CUSTOS INDIRECTOS (RATEADOS POR CADA TAXA EM FUNÇÃO DE CHAVES DE REPARTIÇÃO).

Em que:

- A. CMH<sub>GP</sub> - É o custo médio do minuto/homem por grupo de pessoal calculado recorrendo à seguinte fórmula:

$$CMH_{gp} = \frac{\text{Remunerações e encargos (1)}}{\text{Trabalho Anual em horas gp (2)}} / 60$$

(1) Resulta da soma das remunerações e dos encargos com estas por grupo de pessoal.

(2) Resulta da seguinte fórmula 52 x (n-y), em que:

. 52 é o número de semanas do ano;

. n - Nº de horas de trabalho semanais (assumiram-se as 35 horas semanais como sendo o valor padrão);

. y - Nº de horas de trabalho perdidas em média por semana (feriados, férias, % média de faltas por atestado médico - Foi tido em conta o absentismo médio por Grupo de Pessoal constante do Balanço Social do exercício de 2007).

- B. MC<sub>GP</sub> - São os minutos/homem "consumidos" nas tarefas e actividades que concorrem directamente para a concretização de uma prestação tributável. No mapeamento dos factores produtivos foi subsidiariamente assumido o disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que determina que para efeito do apuramento dos custos de suporte à fixação dos preços, os mesmos "são medidos em situação de eficiência produtiva ...". O que significa que os factores produtivos deverão ser mapeados numa

perspectiva de optimização, ou seja, que os mesmos estão combinados da melhor forma possível sem dispêndios desnecessários

- C. CKV - É custo Km/Viatura calculado por recurso à seguinte fórmula:

$$CKV = \frac{\sum \text{Custos (1 a 7)}}{\text{Km médios percorridos por ano}}$$

Em que:

- (1) Amortização correspondente;
- (2) Custo associado aos pneus;
- (3) Despesas com combustível;
- (4) Manutenções e reparações ocorridas;

(5) Custo do seguro;

(6) Outros custos.

Sempre que numa prestação tributável seja necessária a utilização de viaturas para a sua concretização, designadamente em sede de vistorias e demais deslocações, foi definido um percurso médio em Km e em Minutos e, bem assim, foi tipificada a composição da equipa ajustada por prestação tributável, visando criar uma justiça relativa para todos os Municípios independente da localização da pretensão no espaço do Concelho.

- A. CCET - É o custo inerente à consulta a entidades terceiras quando a elas houver lugar (ex. CCDDR, EP,...) . Este valor foi incorporado nas prestações tributáveis em que esta actividade é recorrente, padronizando-se um valor que corresponde à actividade administrativa necessária e ao custo de expediente;
- B. CENX - Resulta da soma das amortizações anuais dos equipamentos e hardware, à disposição de cada colaborador e que fazem parte do enxoval de equipamentos, e dos artigos de economato de que este necessita para a prossecução das tarefas que lhe estão cometidas em sede de prestações tributáveis.
- C. CLCE – Corresponde aos custos de liquidação, cobrança e expediente comuns a todas as taxas;
- D. CPs – São os custos com prestadores de serviços externos (pessoas colectivas ou singulares) cuja intervenção concorre directamente para a concretização de prestações tributáveis (ex. Taxa de inspecção a ascensores, em que a vistoria é, em regra, concretizada por entidade terceira subcontratada para o efeito);
- E. Cind - Corresponde aos custos indirectos rateados por cada taxa, designadamente:
- Custos de elaboração e revisão dos Instrumentos Municipais de Ordenamento e Planeamento do Território - assumindo-se uma vida útil de 10 anos;
  - Custos anuais das licenças de software específico de suporte ao licenciamento;

- Custos anuais do atendimento (*front-office*) indiferenciado por domínio ou sector;
- Outros custos indirectos com particular relação com a prestação tributável.

**TIPO II – TAXAS INERENTES À UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
E INFRA-ESTRUTURAS DO DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO**

No que concerne às taxas inerentes à utilização de equipamentos e infra-estruturas do domínio público e privado, entendeu-se que o indexante CAPL seria apurado por recurso à seguinte fórmula:

Consta do anexo A o detalhe, por taxa, da fundamentação económica e financeira em conformidade com a alínea c) do n.º 2, do artigo 8.º do Regime Geral das Taxas para as taxas do Tipo I e II.

$$\text{CAPL}_{II} = \text{CAPL}_I + \text{CUC}$$

O CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL DAS TAXAS DO TIPO II (CAPL<sub>II</sub>) CORRESPONDE AO SOMATÓRIO DAS TAXAS DO TIPO I (CAPL<sub>I</sub>) COM O CUSTO POR UNIDADE DE OCUPAÇÃO OU CONSUMO (CUC).

Em que:

- A. CAPL<sub>I</sub> – É o Custo da Actividade Pública Local apurado nos termos do descrito para as taxas do Tipo I, quando existam;
- B. CUC – Corresponde ao custo por unidade de ocupação, utilização ou consumo, calculado por recurso à seguinte fórmula:

$$\text{CUC} = \frac{(\text{CFunc} + \text{Reint} + \text{CMR} + \text{CP} + \text{OC})}{\text{CPR}}$$

Em que:

- (1) CFUNC – Integram os custos de funcionamento, designadamente encargos das instalações;
- (2) REINT – Reintegrações das infra-estruturas, bens móveis e veículos;
- (3) CMR – Custos de manutenção e de reparação dos equipamentos e infra-estruturas;
- (4) CP – Custos com Pessoal;
- (5) OC – Outros custos;
- (6) CPR – Corresponde à capacidade em Unidades de Ocupação (ex. m², metro linear, ...), Utilização (ex. hora, dia, mês,...) ou Consumo, para as quais o equipamento foi concebido.

### C. CONSIDERANDOS SOBRE OS DOMÍNIOS E PRESTAÇÕES TRIBUTÁVEIS

Tecemos, de seguida, alguns considerandos sobre os domínios com prestações tributáveis e alguns dos pressupostos que estiveram na base conceptual de suporte à fundamentação das respectivas taxas.

#### PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS GERAIS - CERTIDÕES, FOTOCÓPIAS E OUTROS DOCUMENTOS INERENTES AO ACESSO À INFORMAÇÃO NA POSSE DO MUNICÍPIO (TIPO I)

O acesso dos cidadãos aos documentos administrativos está consagrado no n.º 2 do art.º 268.º da Constituição da República Portuguesa cuja regulamentação está densificada na Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, em concordância com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade.

Em conformidade com o art.º 3.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, considera-se documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, electrónica ou outra forma material, na posse do Município.

O acesso aos documentos administrativos exerce-se através dos seguintes meios, conforme opção do requerente:

- a. Consulta gratuita, efectuada nos serviços que os detêm;
- b. Reprodução por fotocópia ou por qualquer meio técnico, designadamente visual, sonoro ou electrónico;
- c. Certidão.

A reprodução prevista na alínea b) do parágrafo anterior faz-se num exemplar, sujeito a pagamento, pelo requerente, da taxa fixada, que deve corresponder à soma dos encargos proporcionais com a utilização de máquinas e ferramentas e dos custos dos materiais usados e do serviço prestado, sem que, porém, ultrapasse o valor médio praticado no mercado por serviço correspondente.

Nesta conformidade, para as taxas desta natureza foi considerado o custo da contrapartida (CAPL) entendido como o custo dos materiais consumidos e da mão-de-obra utilizada e, quando aplicável foram tidos como referencial os valores praticados no mercado para prestações idênticas consubstanciando estes a demonstração do Benefício Auferido pelo Particular (BAP).

#### Ocupação do Solo, Subsolo e Espaço Aéreo do Domínio Público e Privado do Município (Tipo I)

Nos termos do art.º 1344.º, n.º 1, do Código Civil, "a propriedade dos imóveis abrange o espaço aéreo correspondente à superfície, bem como o subsolo, com tudo o que neles se contém e não esteja desintegrado do domínio por lei ou negócio jurídico". Entende-se que estes limites materiais do direito de propriedade se aplicam a bens de domínio público e privado.

Quando o uso privativo do domínio público e privado do Município, incluindo o subsolo, é consentido a pessoas determinadas, com base num título jurídico individual, que do mesmo retira uma especial vantagem, impõe-se que a regra da gratuidade da utilização comum do domínio público ceda perante a regra da onerosidade.

O tributo exigido a propósito da ocupação e utilização do solo, subsolo e espaço aéreo tem contrapartida na disponibilidade dessa ocupação e utilização em benefício do requerente, para satisfação das suas necessidades individuais.

Nesta conformidade, entende-se que esta utilização consubstancia a contraprestação específica correspondente do pagamento da taxa e que se consubstancia na utilização individualizada (pois que excludente da utilização para outros fins) do domínio público para fins não apenas de interesse geral.

Pretende-se, pois, para as taxas fixadas neste domínio além de demonstrar o custo da contrapartida (CAPL) inerente à apreciação e licenciamento, e incorporar um elemento regulador, mas não inibidor, na utilização individualizada dos bens de domínio público.



## PUBLICIDADE (TIPO I)

Considera-se publicidade, conforme define o Código da Publicidade aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro, qualquer forma de comunicação feita por entidades de natureza pública ou privada, no âmbito de uma actividade comercial, industrial, artesanal ou liberal, com o objectivo directo ou indirecto de:

- a. Promover, com vista à sua comercialização ou alienação, quaisquer bens ou serviços;
- b. Promover ideias, princípios, iniciativas ou instituições.

Conforme dispõe a Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto as mensagens publicitárias devem preservar o equilíbrio urbano e ambiental.

O licenciamento de mensagens publicitárias tem em vista salvaguardar a realização dos seguintes objectivos:

- a. Não provocar obstrução de perspectivas panorâmicas ou afectar a estética, o ambiente dos lugares ou da paisagem;
- b. Não prejudicar a beleza ou o enquadramento de monumentos nacionais, de edifícios de interesse público ou outros susceptíveis de serem classificados pelas entidades públicas;
- c. Não causar prejuízos a terceiros;
- d. Não afectar a segurança de pessoas ou de bens, nomeadamente, na circulação rodoviária ou ferroviária;
- e. Não apresentar disposições, formatos ou cores, que possam confundir-se com as da sinalização do tráfego;
- f. Não prejudicar a circulação dos peões, designadamente dos deficientes;
- g. Não prejudicar a iluminação pública;
- h. Não prejudicar a visibilidade de placas toponímicas e demais placas sinaléticas de interesse público.

Assim, a fundamentação económica e financeira das taxas de publicidade teve em conta, por um lado, o custo da contrapartida, designadamente o custo da actividade de licenciamento e por outro, introduzir mecanismos reguladores, designadamente de desincentivo a mensagens e acções publicitárias tendentes a afectar a preservação do equilíbrio

urbano e ambiental, eliminando ou minimizando as que geram externalidades negativas.

Desta forma, para a fundamentação das taxas de apreciação/licenciamento concorreram dois indexantes:

- a. O custo inerente aos intervenientes no procedimento de licenciamento incluindo, nos casos aplicáveis, uma deslocação ao local da pretensão; e
- b. Coeficiente de majoração/desincentivo nos casos em que as mensagens publicitárias gerassem externalidades negativas penalizando, desta forma, determinadas localizações, dimensões, formatos e cores.

Na renovação foram, uma vez mais, tidos em conta aqueles indexantes.

## CEMITÉRIOS E SERVIÇOS CONEXOS (TIPO I E II)

O Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro e 138/2000, de 13 de Julho estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, trasladação e cremação de cadáveres, de cidadãos nacionais ou estrangeiros, bem como de alguns desses actos relativos a ossadas e cinzas e, ainda, da mudança de localização de um cemitério.

As taxas resultantes da ocupação de sepulturas, jazigos e de serviços diversos prestados pelo Município nos domínios elencados foram fundamentadas tendo em conta ao custo da contrapartida.

No que concerne à ocupação e concessão perpétua de espaços para sepulturas e jazigos considerou-se uma ocupação padrão de 3 anos (inumação em sepultura temporária) e 50 anos (concessão perpétua).

Assim, no apuramento do custo da contrapartida de uma inumação em sepultura temporária, além do custo da actividade administrativa (recepção do requerimento, registo, ...) e operativa (intervenção do Coveiro, designadamente abertura e fecho da vala) assumiu-se o custo da ocupação, 2 m2, durante 3

anos. No apuramento do custo de uma concessão perpétua assumiu-se uma ocupação padrão de 50 anos.

#### LICENCIAMENTOS DIVERSOS (TIPO I)

Compreende-se nesta epígrafe as prestações tributáveis concernentes a Condução de Veículos, Mercados e Feiras, Recintos de espectáculos e Divertimentos Públicos, Exercício da Actividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros (Táxis), Exploração de Máquinas Automáticas, Eléctricas e Electromecânicas de Diversão, Exercício das Actividades Transferidas para as Câmaras Municipais da Competência dos Governos Cívicos, Vistorias Sanitárias e Inspeções a Ascensores.

Como suporte à fundamentação do valor das taxas fixadas em contrapartida dos actos e licenciamentos referidos foi tido em conta, sobretudo, o custo da contrapartida, designadamente os custos inerentes à actividade de apreciação e licenciamento. Nalguns casos, devidamente identificados no anexo, foi ainda fixado um coeficiente de desincentivo conducente a desincentivar actividades que gerassem externalidades negativas.

#### URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E SERVIÇOS E LICENCIAMENTOS CONEXOS (TIPO I)

As taxas atinentes a operações urbanísticas dividem-se em três grandes domínios:

- . Taxas que tributam a apreciação e licenciamento de operações urbanísticas concernentes à remoção de um obstáculo jurídico, cuja fundamentação e fixação do valor do tributo assentou, sobretudo, no custo da contrapartida;
- . Taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas;
- . Taxa de compensação ao Município pela não cedência de parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva e as infra-estruturas que,

de acordo com a lei e a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio municipal.

A fórmula de suporte ao valor das taxas referidas nos dois parágrafos anteriores e, bem assim, a nota explicativa sobre os seus componentes constam do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

## ANEXO

### DEMONSTRAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO (INDEXANTE) POR TAXA

Interpretação da tabela anexa: Sistematizamos de seguida uma breve apresentação sobre a estrutura da tabela anexa de forma a possibilitar a sua adequada leitura:

TOTAL INDEXANTE (I+II+III OU IV) <small>(limite superior em conformidade com o art.º 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro)</small>	
Componente Variável	Componente Fixa

Concretiza o valor do estudo e do indexante que fundamenta o valor da taxa fixada. Consubstancia o limite superior em conformidade com o art.º 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro. A componente fixa corresponde, em regra, ao custo da contrapartida, designadamente ao custo da apreciação conducente a prestação concreta de um serviço público ou remoção de um obstáculo jurídico. A componente variável delimita a fundamentação da vertente variável da própria prestação tributável (por ex. por m2, por dia, ...) e, em regra, é fixada atendendo ao Benefício Auferido pelo Particular ou como forma de modelar comportamentos incorporando um coeficiente ou valor de desincentivo.

I - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)	
Em valor	Factor de Majoração do Custo

Consubstancia o BAP assumido por prestação tributável em conformidade com o n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro. O mesmo é delimitado em valor ou em coeficiente de majoração do custo.

II - DESINCENTIVO	
Em valor	Factor de Majoração do Custo

Consubstancia o Desincentivo assumido por prestação tributável em conformidade com o n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro. O mesmo é delimitado em valor ou em coeficiente de majoração do custo.

III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	
---	--

Delimita o Custo da Actividade Pública Local (CAPL). É o resultado da soma dos Custos Directos com os Custos Indirectos e ainda os Futuros Investimentos. Representa o custo da contrapartida pública.



*Handwritten signature and initials*

TOTAL CUSTOS DIRECTOS  
(A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)

Demonstra analiticamente, por natureza, os custos que concorrem para os custos directos da prestação tributável.

TOTAL CUSTOS  
INDIRECTOS  
(B) = (4)+..+(10)

Demonstra analiticamente, por natureza, os custos que concorrem para os custos indirectos da prestação tributável.

FUTUROS INVESTIMENTOS  
(C)

Representa o valor dos futuros investimentos que concorrem directamente para a concretização da prestação tributável e que, pela sua natureza, deverão ser tidos em conta na delimitação do CAPL uma vez que os contribuintes que pagarão a taxa serão beneficiários dos mesmos investimentos respeitando o equilíbrio inter-geracional consagrado na Lei das Finanças Locais aprovado pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

#### IV - DIPLOMA LEGAL

Sempre que o valor da taxa seja fixado por diploma legal o mesmo será apresentado na presente epígrafe. Assim, sistematiza-se o valor e o respectivo diploma.

Valor

Base Legal

Ar

h



## **Serviços Municipalizados Água Electricidade e Saneamento de Santo Tirso**

### **ANEXO III - FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA RELATIVA AO VALOR**

#### **DAS TAXAS**

(em conformidade com a alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro).



### ANEXO III – FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS TAXAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

O presente estudo foi elaborado por Pedro Mota e Costa em estreita colaboração com os serviços dos Serviços Municipalizados Água Electricidade e Saneamento de Santo Tirso (SMAES) e visa dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, designadamente proceder à fundamentação económica e financeira das Taxas.

#### A. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTL) foi aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2007.

As taxas cobradas pelos SMAES inserem-se no âmbito do poder tributário que lhe foi conferido pelos Associados e a sua criação, mediante regulamento está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade e incide sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pelas actividades da Associação, designadamente:

- Prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- Vistorias.

O art.º 17.º do aludido diploma prevê a revogação das taxas actualmente existentes no início do segundo ano financeiro subsequente à sua entrada em vigor, ou seja, a partir de 1 de Janeiro de 2009, a não ser que os regulamentos então vigentes se conformem com a disciplina aprovada pelo novo regime, ou sejam alterados em conformidade com o mesmo.

O art.º 53.º da Lei n.º 54-A/2008 (Orçamento de Estado para 2009), de 31 de Dezembro, altera o art.º 17.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, alargando o período transitório para 1 de Janeiro de 2010, sem prejuízo da entrada em vigor do

RGTL, conforme anteriormente se aludiu, ter acontecido a 1 de Janeiro de 2007, pelo que o mesmo se aplica, sob pena de nulidade, às taxas que desde aquela data venham a ser fixadas.

As taxas são tributos que têm um carácter bilateral, sendo a contrapartida (art.º 3.º do RGTL) da:

- a. Prestação concreta de um serviço público local;
- b. Utilização privada de bens do domínio público e privado dos SMAES; ou
- c. Remoção dos limites jurídicos à actividade dos particulares.

O elemento distintivo entre taxa e imposto é a existência ou não de sinalagma.

O RGTL reforça a necessidade da verificação deste sinalagma, determinando expressamente que na fixação do valor das taxas se deve respeitar o princípio da equivalência jurídica, segundo o qual "o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da actividade pública local (CAPL) ou o benefício auferido pelo particular" (BAP) conforme alude o art.º 4.º. Mais refere que o valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos actos ou operações. A proporcionalidade imposta, quando seja utilizado um critério de desincentivo, revela-se como um princípio da proibição de excesso, impondo um razoável controlo da relação de adequação da medida com o fim a que se destina.

Esquemáticamente:

$$\text{Valor das Taxas} \leq \begin{matrix} \text{Custo da actividade pública local} \\ \text{Benefício auferido pelo particular} \end{matrix}$$

Entendem-se externalidades como as actividades que envolvem a imposição involuntária de efeitos positivos ou negativos sobre terceiros sem que estes tenham oportunidade de os impedir.



A

Quando os efeitos provocados pelas actividades são positivos, estas são designadas por externalidades positivas. Quando os efeitos são negativos, designam-se por externalidades negativas.

As externalidades envolvem uma imposição involuntária.

Dispõe a alínea c) do n.º 2 do art.º 8.º do RGTAL que o regulamento que crie taxas contém obrigatoriamente, sob pena de nulidade, a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas.

O princípio da equivalência jurídica, em concreto a equivalência económica pode, pois, ser concretizado conforme se referiu pela via do custo, adequando as taxas aos custos subjacentes às prestações prosseguidas, fixando-as num montante igual ou inferior a esse valor, ou pela via do benefício, adequando-as ao valor de mercado que essas prestações revestem, quando essa comparação seja possível. Quando esta comparação com actividades semelhantes prosseguidas por terceiros não é possível por estarmos perante prestações exercidas no âmbito do poder de autoridade sem similitude no mercado o indexante deverá ser, em regra, o CAPL.

O CAPL está presente na formulação do indexante de todas as taxas, mesmo naquelas que são fixadas, maioritariamente, em função do BAP ou numa perspectiva de desincentivo visando a modulação e regulação de comportamentos.

No sentido clássico, as taxas são tributos que têm um carácter bilateral, sendo a contrapartida (art.º 3.º do RGTAL):

Valor da Taxa  
calculado em  
função do:

- Da prestação concreta de um serviço público local;
- Da utilização privada de bens do domínio público e privado das Autarquias; ou
- De remoção dos limites jurídicos à actividade dos particulares

O valor das Taxas deve ser menor ou igual ao Custo da actividade pública local ou Benefício auferido pelo particular ou ser fixada com base em critérios de desincentivo.

VA



O valor fixado de cada taxa poderá ser o resultado da seguinte função:

CAPL (Custo da Actividade Pública Local)		BAP (Benefício Auferido pelo Particular)		Desincentivo
Custos directos, indirectos, amortizações, encargos financeiros e futuros investimentos	E/OU	Comparação com o valor de prestações semelhantes exercidas no mercado	E/OU	Como forma de modular/regular comportamentos

Assim, cumpre sistematizar para todas as taxas o custo da actividade pública local (CAPL) compreendendo os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos, quando aplicável. O CAPL consubstancia, em regra, a componente fixa da contrapartida, correspondendo a componente variável à fixação adicional de coeficientes e valores concernentes à perspectiva do BAP ou desincentivo.

Na delimitação do CAPL foram arrolados os custos directos e indirectos. Em conformidade com o supra aludido foi conduzido um exaustivo arrolamento dos factores "produtivos" que concorrem directa e indirectamente para a formulação de prestações tributáveis no sentido de apurar o CAPL.

Entenderam-se como factores "produtivos" a mão-de-obra directa, o mobiliário e hardware e outros custos directos necessários à execução de prestações tributáveis.

Os custos de liquidação e cobrança das taxas têm uma moldura fixa e são comuns a todas elas pelo que foi estimado um procedimento padrão para estas tarefas.





Ac  
M

## B. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Passamos a descrever a fórmula de cálculo.

y – Nº de horas de trabalho perdidas em média por semana (feriados, férias, % média de faltas por atestado médico – Foi tido em conta o absentismo médio por Grupo de Pessoal constante do Balanço Social do exercício de 2007).

TAXAS ADMINISTRATIVAS, TAXAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO CONCRETA DE UM SERVIÇO PÚBLICO LOCAL, OU ATINENTES À REMOÇÃO DE UM OBSTÁCULO JURÍDICO

Para cada prestação tributável, foram mapeadas as várias actividades e tarefas e identificados os equipamentos (mobiliário e hardware) e a mão-de-obra necessária reduzindo a intervenção/utilização/consumo a minutos.

O valor do Indexante CAPL é apurado, por taxa, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CAPL = (CMH_{GP} \times MI_{GP}) + (CKV \times KM) + CENX + CCET + CLCE + CPS + CIND$$

O CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) CORRESPONDE AO SOMATÓRIO DO CUSTO DA MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA PARA CONCRETIZAR AS TAREFAS INERENTES À SATISFAÇÃO DA PRETENSÃO, DO CUSTO DAS DESLOCAÇÕES (QUANDO NECESSÁRIAS), DO CUSTO DO ENXOVAL AFECTO A CADA COLABORADOR, DO CUSTO DA CONSULTA A ENTIDADES TERCEIRAS (QUANDO A ELAS HOUVER LUGAR), DOS CUSTOS DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E EXPEDIENTE (QUANDO APLICÁVEL), DO CUSTO COM PRESTADORES DE SERVIÇOS EXTERNOS (QUANDO A ELES SE RECORRA) E AINDA COM CUSTOS INDIRECTOS (RATEADOS POR CADA TAXA EM FUNÇÃO DE CHAVES DE REPARTIÇÃO OU IMPUTADOS POR OUTROS CRITÉRIOS).

Em que:

- A. CMHGP - É o custo médio do minuto/homem por grupo de pessoal calculado recorrendo à seguinte fórmula:

$$CMH_{gp} = \frac{\text{Remunerações e encargos (1)}}{\text{Trabalho Anual em horas gp (2)}} / 60$$

(1) Resulta da soma das remunerações e dos encargos com estas por grupo de pessoal.

(2) Resulta da seguinte fórmula  $52 \times (n-y)$ , em que:

. 52 é o número de semanas do ano;

. n – Nº de horas de trabalho semanais (assumiram-se as 35 horas semanais como sendo o valor padrão);

- B. MCGP – São os minutos/homem “consumidos” nas tarefas e actividades que concorrem directamente para a concretização de uma prestação tributável. No mapeamento dos factores produtivos foi subsidiariamente assumido o disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que determina que para efeito do apuramento dos custos de suporte à fixação dos preços, os mesmos “são medidos em situação de eficiência produtiva ...”. O que significa que os factores produtivos deverão ser mapeados numa perspectiva de optimização, ou seja, que os mesmos estão combinados da melhor forma possível sem dispêndios desnecessários



- C. CKV - É custo Km/Viatura calculado por recurso à seguinte fórmula:

$$CKV = \frac{\sum \text{Custos (1 a 6)}}{\text{Km médios percorridos por ano}}$$

Em que:

- (1) Amortização correspondente;
- (2) Custo associado aos pneus;
- (3) Despesas com combustível;
- (4) Manutenções e reparações ocorridas;
- (5) Custo do seguro;
- (6) Outros custos.

Sempre que numa prestação tributável seja necessária a utilização de viaturas para a sua concretização, designadamente em sede de vistorias e demais deslocações, foi definido um percurso médio em Km e em Minutos e, bem assim, foi tipificada a composição da equipa ajustada por prestação tributável, visando criar uma justiça relativa para todos os Municípios independente da localização da pretensão no espaço do Concelho.

- A. CCET - É o custo inerente à consulta a entidades terceiras quando a elas houver lugar (ex. CCDR, EP,...) . Este valor foi incorporado nas prestações tributáveis em que esta actividade é recorrente, padronizando-se um valor que corresponde à actividade administrativa necessária e ao custo de expediente;
- B. CENX - Resulta da soma das amortizações anuais dos equipamentos e hardware, à disposição de cada colaborador e que fazem parte do enxoval de equipamentos, e dos artigos de economato de que este necessita para a prossecução das tarefas que lhe estão cometidas em sede de prestações tributáveis.
- C. CLCE – Corresponde aos custos de liquidação, cobrança e expediente comuns a todas as taxas;

- D. CPs – São os custos com prestadores de serviços externos (pessoas colectivas ou singulares) cuja intervenção concorre directamente para a concretização de prestações tributáveis (ex. Taxa de inspecção a ascensores, em que a vistoria é, em regra, concretizada por entidade terceira subcontratada para o efeito);

- E. Clnd - Corresponde aos custos indirectos rateados por cada taxa, designadamente:

- Custos de elaboração e revisão dos Instrumentos Municipais de Ordenamento e Planeamento do Território - assumindo-se uma vida útil de 10 anos;
- Custos anuais das licenças de software específico de suporte ao licenciamento;
- Custos anuais do atendimento (*front-office*) indiferenciado por domínio ou sector;
- Outros custos indirectos com particular relação com a prestação tributável.

Consta do anexo A o detalhe, por taxa, da fundamentação económica e financeira em conformidade com a alínea c) do n.º 2, do artigo 8.º do Regime Geral das Taxas para as taxas do Tipo I e II.



## ANEXO

### DEMONSTRAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO (INDEXANTE) POR TAXA

Interpretação da tabela anexa: Sistematizamos de seguida uma breve apresentação sobre a estrutura da tabela anexa de forma a possibilitar a sua adequada leitura:

TOTAL INDEXANTE (I+II+III OU IV) <small>(limite superior em conformidade com o art.º 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro)</small>	
Componente Variável	Componente Fixa

Concretiza o valor do estudo e do indexante que fundamenta o valor da taxa fixada. Consubstancia o limite superior em conformidade com o art.º 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro. A componente fixa corresponde, em regra, ao custo da contrapartida, designadamente ao custo da apreciação conducente a prestação concreta de um serviço público ou remoção de um obstáculo jurídico. A componente variável delimita a fundamentação da vertente variável da própria prestação tributável (por ex. por m<sup>2</sup>, por dia, ...) e, em regra, é fixada atendendo ao Benefício Auferido pelo Particular ou como forma de modelar comportamentos incorporando um coeficiente ou valor de desincentivo.

I - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)	
Em valor	Factor de Majoração do Custo

Consubstancia o BAP assumido por prestação tributável em conformidade com o n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro. O mesmo é delimitado em valor ou em coeficiente de majoração do custo.

II - DESINCENTIVO	
Em valor	Factor de Majoração do Custo

Consubstancia o Desincentivo assumido por prestação tributável em conformidade com o n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro. O mesmo é delimitado em valor ou em coeficiente de majoração do custo.

III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	
---	--

Delimita o Custo da Actividade Pública Local (CAPL). É o resultado da soma dos Custos Directos com os Custos Indirectos e ainda os Futuros Investimentos. Representa o custo da contrapartida pública.



*[Handwritten signature]*

<p>TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)</p>
--

Demonstra analiticamente, por natureza, os custos que concorrem para os custos directos da prestação tributável.

<p>TOTAL CUSTOS INDIRECTOS (B) = (4)+...+(10)</p>
---

Demonstra analiticamente, por natureza, os custos que concorrem para os custos indirectos da prestação tributável.

<p>FUTUROS INVESTIMENTOS (C)</p>
--------------------------------------

Representa o valor dos futuros investimentos que concorrem directamente para a concretização da prestação tributável e que, pela sua natureza, deverão ser tidos em conta na delimitação do CAPL uma vez que os contribuintes que pagarão a taxa serão beneficiários dos mesmos investimentos respeitando o equilíbrio inter-geracional consagrado na Lei das Finanças Locais aprovado pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

<p>IV - DIPLOMA LEGAL</p>	
<p>Valor</p>	<p>Base Legal</p>

Sempre que o valor da taxa seja fixado por diploma legal o mesmo será apresentado na presente epígrafe. Assim, sistematiza-se o valor e o respectivo diploma.



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

**ANEXO IV**

85

## **TABELA DE PREÇOS**

### **CAPÍTULO I** **LIMPEZA DE FOSSAS**

#### **Artigo**

#### **1 Limpeza de Fossas ou Colectores Particulares:**

<b>1</b>	<b>Fossas domésticas</b>	
<b>a)</b>	Requisição	5,71 €
<b>b)</b>	Por cada M3 ou fracção	1,00 €
<b>2</b>	<b>Fossas industriais e comerciais</b>	
<b>a)</b>	Requisição	11,38 €
<b>b)</b>	Por m3 ou fracção	1,89 €

### **CAPÍTULO II**

### **PLANTAS E VASOS**

#### **2 Venda de Plantas:**

<b>1.</b>	Plantas vulgares (amores, margaridas ursíneas, etc.)	3,72 €
<b>2.</b>	<b>Arbustos (custo unitário):</b>	
<b>a)</b>	Pequenos	4,09 €
<b>b)</b>	Médios	5,94 €
<b>3.</b>	Rosas (dúzia)	6,38 €
<b>4.</b>	Rosas (ramo)	4,09 €

#### **3 Alugueres de Vasos (por cada 2 dias ou fracção):**

<b>1.</b>	Pequenos (cada grupo de 10 vasos)	8,91 €
<b>2.</b>	Médios (cada grupo de 10 vasos)	15,95 €
<b>3.</b>	Grandes (cada grupo de 10 vasos)	31,80 €

#### **4 Cauções:**

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Alargamento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

86  
A

1.	Por cada grupo de 10 vasos pequenos	3,96 €
2.	Por cada grupo de 10 vasos médios	39,69 €
3.	Por cada grupo de 10 vasos grandes	59,60 €

Ø Único – ao valor da caução acresce o valor da respectiva planta.

5	<b>Vasos partidos (por cada grupo de 10 ou fracção):</b>	
1.	Vasos pequenos	2,38 €
2.	Vasos médios	7,96 €
3.	Vasos grandes	15,98 €

**CAPÍTULO III**

**COMPELXO DESPORTIVO MUNICIPAL**

6	<b>Utilização do Pavilhão Desportivo</b>	
1.	<b>1. Utilização da nave para grupos/equipas</b>	
1.	Sábados de tarde, Domingos e Feriados	50,00 €/hora
2.	2ª a 6ª feira, a partir das 18:00 horas e sábados de manhã	40,00 €/hora
3.	De 2ª a 6ª feira, até às 18:00 horas	30,00 €/hora
4.	De 2ª a 6ª feira – 1/3 do espaço	15,00 €/hora
2.	<b>Utilização da nave para eventos com público</b>	
1	Actividades desportivas	60,00 €/hora
2	Actividades não desportivas	80,00 €/hora
3.	<b>Utilização de outros espaços:</b>	
1.	Utilização da Sala de Apoio/Ginásio	20,00 €/hora
2.	Utilização regular da Sala de Apoio/Ginásio (utilização regular)	15,00 €/hora
3.	Utilização da Sala de Musculação (grupos até 15 elementos)	40,00 €/hora
4.	Utilização da Área de Lazer: (grupos até 12 elementos)	40,00 €/hora

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Social e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

87  
A

5.	Utilização da Sala de Conferências/Formação	10,00 €/hora
7	Utilização do Polidesportivo Municipal / Área Polidesportiva de Ar Livre	
1.	Utilização do campo de futebol de sete, para grupos de jovens até 18 anos:	
1.	Dias da semana, até às 18:00 horas	Gratuito
2.	A partir das 18:00 horas e sábados	30,00 €/hora
3.	Iluminação	5,00 €/hora
2.	Utilização do campo de futebol de sete, para grupos maiores de 18 anos:	
1.	Dias da semana, até às 18:00 horas	20,00 €/hora
2.	A partir das 18:00 horas e sábados	45,00 €/hora
3.	Iluminação	5,00 €/hora
3.	Utilização dos campos de ténis para jovens até 18 anos:	
1.	Dias da semana, até às 18:00 horas:	
1.	Dois jogadores	2,00 €/hora
2.	Três a quatro jogadores	3,00 €/hora
2.	A partir das 18:00 horas e sábados:	
1.	Dois jogadores	2,50 €/hora
2.	Três a quatro jogadores	3,00 €/hora
3.	Iluminação	2,00 €/hora
4.	Utilização dos campos de ténis para maiores de 18 anos:	
1.	Dias da semana, até às 18:00 horas:	
1.	Dois jogadores	3,00 €/hora
2.	Três a quatro jogadores	4,00 €/hora
2.	A partir das 18:00 horas e sábados:	
1.	Dois jogadores	5,00 €/hora

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Atendimento  
Geral e Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

88  
*Ma*

	2.	Três a quatro jogadores	6,00 €/hora
	3.	Iluminação	2,00 €/hora
	5.	Utilização do campo de basquetebol	Gratuito
	6.	Tarifa familiar - domingos e feriados	
	1.	Utilização do campo de futebol	20,00 €/hora
	2.	Utilização do campo de ténis	3,00 €/hora
		<b>Serviços</b>	
8		<b>Actividades/classes:</b>	
	1.	Inscrição (inclui cartão, seguro e uma utilização livre à escolha)	15,00 €/ano
	2.	Renovação da inscrição (antes do final do ano lectivo)	10,00 €/ano
	3.	Segunda via do cartão	5,00 €
		<b>Piscina Municipal</b>	
9		<b>Utilização de duas pistas ou tanque de aprendizagem c/ monitor:</b>	
	1.	Grupos escolares, jardins de infância ou ATL (até 15 elementos)	20,00 €/hora
	2.	Grupos e empresas/instituições (até 18 elementos)	30,00 €/hora
10		<b>Utilização livre para utentes menores de 16 anos:</b>	
	1.	Utilização, por débito no cartão de utente	1,40 €/hora
	2.	Utilização avulsa, sem inscrição	1,50 €/hora
11		<b>Utilização Livre para utentes com idade a partir de 16 anos:</b>	
	1.	Utilização, por débito no cartão de utente	2,20 €/hora
	2.	Utilização avulsa, sem inscrição	2,50 €/hora
12		<b>Frequência de aulas/actividades para utentes menores de 16 anos</b>	

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR





**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**

**ISO 9001**

certificação

acreditada

IRAC

Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Handicapped  
Gestão e Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR

89

1.	Uma aula semanal de Natação	8,50 €/mês
2.	Duas aulas semanais de Natação	13,50 €/mês
3.	Uma aula semanal de Hidroginástica	8,50 €/mês
4.	Duas aulas semanais de Hidroginástica	13,50 €/mês
5.	Adaptação ao Meio Aquático - Bebés	10,00 €/mês
13	<b>Frequência de aulas/actividades para utentes com idade a partir de 16 anos</b>	
1.	Uma aula semanal de Natação	11,00 €/mês
2.	Duas aulas semanais de Natação	19,00 €/mês
3.	Uma aula semanal de Hidroginástica	11,00 €/mês
4.	Duas aulas semanais de Hidroginástica	19,00 €/mês
5.	Uma aula semanal de Hidro-Sénior (Cartão + Vida)	8,50 €/mês
6.	Duas aulas semanais de Hidro-Sénior (Cartão + Vida)	13,50 €/mês
14	<b>Sala de Musculação e Cardio-Fitness:</b>	
1.	Utilização livre	30,00 €/mês
2.	Duas utilizações semanais	20,00 €/mês
3.	Três utilizações semanais	25,00 €/mês
4.	Utilização, por débito no cartão de utente	4,00 €/1,5h
5.	Utilização avulsa, sem inscrição	5,00 €/1,5h
15	<b>Área de Lazer: Banho Turco e Hidromassagem</b>	
1.	Utilização, por débito no cartão de utente	4,00 €/1,5h
2.	Utilização avulsa, sem inscrição	5,00 €/1,5h
16	<b>Utilização livre com combinação de serviços</b>	
1.	Musculação/Cardio-Fitness + Área de Lazer	40,00 €/mês
2.	Musculação/Cardio-Fitness + Área de Lazer + Piscina	50,00 €/mês
17	<b>Carregamentos de crédito no Cartão de Utente</b>	



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

90

1.	Carregamento de 20 euros + 3 euros	20,00 €
2.	Carregamento de 30 euros + 6 euros	30,00 €
3.	Carregamento de 40 euros + 9 euros	40,00 €
4.	Carregamento de 50 euros + 12,5 euros	50,00 €

**CAPÍTULO IV**

**PUBLICAÇÕES**

18	<b>Publicações</b>	
1.	Cadernos de Cultura do Ave, n.º 1 O Arquivo Municipal de Santo Tirso, de Fernandi de Sousa et Alli Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989	2,49 €
2.	Cadernos de Cultura do Ave, n.º 2 Um tratado de higiene mental, de António J. Miranda Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989	2,49 €
3.	Cadernos de Cultura do Ave, n.º 3 O Abade Pedrosa e a Arqueologia de Santo Tirso, de Francisco Sande Lemos Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989	2,49 €
4.	Cadernos de Cultura do Ave, n.º 4 Areias, até ao século XI, de Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989	2,49 €
5.	Cadernos de Cultura do Ave, n.º 5 Areias, do século XI ao século XVIII, de Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989	3,74 €
6.	Cadernos de Cultura do Ave, n.º 6 História Postal de Santo Tirso, de Paulo Sá Machado Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1992	4,99 €
7.	Cadernos de Cultura do Ave, n.º 7 Vila das Aves - História da paróquia e sua Toponímia, de Geraldo Coelho Dias Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993	6,23 €
8.	Cadernos de Cultura do Ave, n.º 8 Santo Tirso, de Ontem...de Hoje, de Paulo Sá Machado e de José Monteiro da Costa Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993	7,48 €
9.	Cadernos de Cultura do Ave, n.º 9 José Luís de Andrade, de Luís Gonzaga Martins Pinheiro Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999	2,49 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

91  
A

10.	A Igreja Matriz de Santo Tirso - Novas perspectivas Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991	4,99 €
11.	O Mosteiro de Roriz Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1997	7,48 €
12.	Cadernos de Poesia Ilda de Jesus et Alli Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, s.d.	0,75 €
13.	Actas das Jornadas Culturais de Vila das Aves Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1987_88	2,24 €
14.	Labirintos da Metamorfose (Poesia) Américo Teixeira Moreira Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1992	2,49 €
15.	Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica Século XII a XIX, Volume I Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1988	7,48 €
16.	Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica Século XII a XIX, Volume II Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1988	7,48 €
17.	Mensagens (Poesia) Francisco Assis Gonçalves Pimenta Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, s.d.	3,74 €
18.	Caricaturas Ivo Martins Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, s.d.	2,49 €
19.	Actas do I Ciclo de Conferências sobre S. Rosendo e o Século X Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1992	9,98 €
20.	Santo Tirso Arqueológico I Álvaro Brito Moreira Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991	2,49 €
21.	Santo Tirso Arqueológico II Álvaro Brito Moreira Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1992	3,74 €
22.	Santo Tirso Arqueológico n.º 1, 2.ª Série Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1997	7,48 €
23.	Santo Tirso Arqueológico n.º 2 e 3, 2.ª Série Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999	9,98 €
24.	Separatas - Santo Tirso Arqueológico n.º 2 e 3, 2.ª Série Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2000	2,74 €
25.	Santo Tirso Arqueológico n.º 4, 2.ª Série Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2004	9,98 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

92

26.	Limites da freguesia de Santo Tirso Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999	4,99 €
27.	A Igreja Matriz e o antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1994	4,99 €
28.	Comemorações dos 150 anos da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1995	5,99 €
29.	Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso - 100 anos de história Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1996	2,49 €
30.	Os Beneditinos na Europa, 1.º Congresso Internacional Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1995	11,97 €
31.	Actas do Congresso "A Indústria Têxtil no Vale do Ave" Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1996	7,48 €
32.	A freguesia de Areias do concelho de Santo Tirso, I Volume Francisco Carvalho Correia Junta de Freguesia de Areias, Comissão Fabriqueira de Areias, 2003	13,50 €
33.	A freguesia de Areias do concelho de Santo Tirso, II/1 Volume Francisco Carvalho Correia Junta de Freguesia de Areias, Comissão Fabriqueira de Areias, 2005	15,00 €
34.	freguesia de Areias do concelho de Santo Tirso, II/2 Volume Francisco Carvalho Correia Junta de Freguesia de Areias: Comissão Fabriqueira da Paróquia de Areias, 2006	15,00 €
35.	Catálogo da Exposição do Pintor Tomás Pelayo Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1997	2,49 €
36.	Catálogo da Exposição de Avelino Leite Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2005	9,98 €
37.	Paisagens Interiores Alberto Carneiro, Escultor Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2007	15,00 €
38.	Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, Volume I Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2000	11,47 €
39.	Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, Volume II Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2000	10,97 €
40.	Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, Volume III Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2001	10,97 €

SISTEMA CERTIFICADO

**eic**

ISO 9001

certificação

acreditada

IRAC

Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

93  
A

41.	Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, Volume IV Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2002	10,00 €
42.	Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, Volume V Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 200	10,50 €
43.	Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, Volume VI Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2008	10,50 €
44.	I Simpósio Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991	9,98 €
45.	II Simpósio Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso, em Português e Inglês (volumes separados) Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991	9,98 €
46.	III e IV Simpósio Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso, em Português e Inglês (volumes separados) Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991	9,98 €
47.	V e VI Simpósio Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso, em Português e Inglês (volumes separados) Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991	15,00 €
48.	VII Simpósio Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso, em Português e Inglês (volumes separados) Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991	15,00 €
49.	Catálogo "À Descoberta da Guitarra Portuguesa" Pedro Caldeira Cabral Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2002	7,50 €
50.	O Pó da Gente do Caminho José de Andrade Edições Cão Menor, 2007	20,00 €
51.	Santo Tirso no mumurar das águas ... Terras de S. Rosendo Maria José Meireles Campo das Letras, 2007	10,00 €
52.	Rebordões: achegas para uma monografia Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2007	5,00 €
53.	Burgães elementos para uma monografia Francisco Carvalho Correia Burgães: Paróquia de Burgães: Comissão Fabriqueira da Paróquia de Areias, 1999, Vol. I	7,50 €
54.	Burgães elementos para uma monografia Francisco Carvalho Correia Burgães: Paróquia de Burgães: Comissão Fabriqueira da Paróquia de Areias, 2001, Vol. II	12,50 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Atendimento  
Cidad e Atividades de Gestão  
Administrativa,  
Humanas, Apoio Jurídico e  
Computar

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

94  
A6

55.	Colectânea de poetas populares de Rebordões Câmara Municipal de Santo Tirso, 2005	5,00 €
56.	Conta-me uma história Alunos do 8.º B, Ano Lectivo 2004/05 da Escola E.B. 2.º/3.º Ciclos de Agrela; coordenação e revisão Conceição Amorim - [Santo Tirso]: Agrupamento Vertical de Escolas d' Agrela e Vale do Leça, 2006	11,00 €
57.	Encontros didáticos-pedagógicos sobre poesia: perspectivar a dinamização das actividades poéticas na sala de aula Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, [D.I. 2006]	5,00 €
58.	Diário flagrante: [poesia] Fernando Alves dos Santos Assírio & Alvim, 2005	10,00 €
59.	Isto e Poesia Vários Labirinto, [D.I.2004]	1,00 €
60.	O teu nome António Joaquim Oliveira; ilustrações Emerenciano Porto: Folio Edições, 2006	11,00 €
61.	Obra poética Artur do Cruzeiro Seixas; Organização de Isabel Meyrelles. 1.ª Edição [Vila Nova de Famalicão] Edições Quasi, 2002 (3 volumes) - Volume I	18,90 €
62.	Obra poética Artur do Cruzeiro Seixas; Organização de Isabel Meyrelles. 1.ª Edição [Vila Nova de Famalicão] Edições Quasi, 2002 (3 volumes) - Volume II	31,50 €
63.	Obra poética Artur do Cruzeiro Seixas; Organização de Isabel Meyrelles. 1.ª Edição [Vila Nova de Famalicão] Edições Quasi, 2002 (3 volumes) - Volume III	31,50 €
64.	Páginas de riso: humor Armindo Fernandes - [S.l.]:[S.n.], 2004	6,00 €
65.	O poeta na rua: antologia portátil de António Ramos Rosa António Ramos Rosa; selecção e prefácio de Ana Paula Coutinho Mendes - 1.ª edição - Vila Nova de Famalicão Edições Quasi, 2004 - 92p., [4] f.; 23 cm. - (Finita melancolia)	11,55 €
66.	Primeiros passos literários de João de Araújo Correia/recolha de textos, prefácio e notas de Agostinho Campos Ferreira Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1985 (Cadernos Culturais;4)	3,47 €
67.	O segredo da flor António Pinto de Sousa Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, [2004]	7,00 €
68.	Um lugar onde supor o silêncio Daniel Gonçalves Fafe: Labirinto, 2003C	10,00 €
69.	Dádiva Vários Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2008	6,50 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Classe Particular,  
Apoio Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

95  
A-

70.	Memoria da escola secundaria de D. Dinis, Santo Tirso ou do ensino liceal, em Santo Tirso Nascimento Afonso Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2007	10,00 €
71.	Vinte e um poetas Retratos de Avelino Leite e selecção de textos António Sousa Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2008	6,00 €
72.	Antologia de poetas tirsenses Nascimento Afonso - Santo Tirso Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2004	10,00 €
73.	Nas brumas da utopia Henrique da Silva Araújo Coimbra: Almedina, 2008	18,00 €
74.	A lenda do rio Ave e da Serra da Cabreira José Marco; il. Sarah Pirson. [S.l.] Meiosdarte, 2004. - 23 p.: il.; 22 cm. - (lendas de Portugal Ilustradas)	2,00 €
75.	Inquietações Pedagógica Bernardino Neto Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2008	6,00 €
76.	Anoitecer: poemas Fernandes Valente Sobrinho Guimarães: [s.n.], 1987	2,49 €
77.	O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588: a silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso , 2009, Vol. I	25,00 €
78.	O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588: a silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária Francisco Carvalho Correia Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2009, Vol. II	25,00 €
79.	Avaliação com sentido(s) : contributos e questionamentos Maria Palmira Alves, Eusebio Andre Machado Santo Tirso : De Facto Editores, 2008	16,00 €
80.	Rumores para a transparencia do silencio Pepe Brix, Daniel Gonçalves Fafe: Labirinto, [D.l. 2009]	30,00 €
81.	Dez anos de solidão Daniel Gonçalves [Fafe] : Labirinto, 2007	15,00 €
82.	Caleidoscópio : (historias reais do quotidiano) Adelaide Calheiros Vila Nova de Gaia : Editorial 100, 2008	12,60 €
83.	Folhinhas de almanaque Adelaide Calheiros Vila Nova de Gaia : Editorial 100, 2008	12,60 €
84.	Manuel de Sousa: fotografias Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso	4,99 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Cidadão e Actividades de Cidadão  
Administrativas, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Gestões

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

96

85.	Indício de ofícios Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2009	7,50 €
86.	O afecto das palavras Daniel Gonçalves Labirinto	10,00 €
87.	Berçário Rui Lage Edições Quasi, 2002	9,00 €
88.	Antigo e primeiro Rui Lage Edições Quasi, 2002	3,20 €
89.	Metáforas Obsessivas em Eugénio de Andrade António Oliveira Letras & Coisas, 2008	12,00 €
90.	Poesia Reunida Ana Luisa Amaral Edições Quasi, 2005	20,00 €

**CAPÍTULO V**

**CANIL**

19	Penso a animais por cada canídeo retido pelo período de 24 horas ou fracção	3,80 €
20	Entrega de canídeos no canil: por cada canídeo	30,00 €

**CAPÍTULO VI**

**BIBLIOTECA E CENTRO CULTURAL DE VILA DAS AVES**

21	<b>Fotocópias</b>	
1.	<b>Preto e Branco</b>	
a)	Dimensão A4, em papel, por página (texto e imagem)	0,05 €
b)	Dimensão A3, em papel, por página (texto e imagem)	0,10 €
2.	<b>Cores</b>	
a)	Dimensão A4, em papel, por página (texto e imagem)	0,65 €
b)	Dimensão A3, em papel, por página (texto e imagem)	1,00 €
22	<b>Impressões</b>	
1.	<b>Preto e Branco</b>	
a)	Dimensão A4, em papel, por página (texto e imagem)	0,08 €
b)	Dimensão A4, em papel, por página (só imagem)	0,12 €
c)	Dimensão A3, em papel, por página (texto e imagem)	0,12 €
d)	Dimensão A3, em papel, por página (só imagem)	0,15 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Aconselhamento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR





**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

97  
A  
A

2.	Cores	
a)	Dimensão A4, em papel, por página (texto e imagem)	0,12 €
b)	Dimensão A4, em papel, por página (só imagem)	0,15 €
c)	Dimensão A3, em papel, por página (texto e imagem)	0,20 €
d)	Dimensão A3, em papel, por página (só imagem)	0,30 €
<b>23</b>	<b>Digitalização (Formato A4 e A3)</b>	
1.	Dimensão A4/A3 (cada)	0,25 €
<b>24</b>	<b>Fornecimento de suportes</b>	
1.	CD-Rooms	1,20 €
<b>25</b>	2.ª Via de Cartão leitor	1,00 €
<b>26</b>	Empréstimo Domiciliário (cada dia de atraso/por documento)	0,50 €
<b>CAPÍTULO VII</b>		
<b>DIVERSOS</b>		
<b>27</b>	Catálogo da Exposição das comemorações dos 1.100 anos do nascimento de S. Rosendo	7,50 €
<b>28</b>	Medalha do Padre Francisco Carvalho Correia	9,98 €
<b>29</b>	Medalha das comemorações dos 1.100 anos do nascimento do Conde S. Rosendo	15,00 €
<b>30</b>	Medalha das comemorações dos 200 anos do nascimento do Conde S. Bento	15,00 €
<b>31</b>	cd-rom "Perto da Vista perto do Coração", património de Santo Tirso	12,47 €
<b>32</b>	cd-rom "O rio Leça"	12,47 €
<b>33</b>	Colecção de Postais do Mosteiro de São Bento, Santo Tirso	2,49 €
<b>34</b>	Colecção de Postais do Museu Municipal Abade Pedrosa	2,49 €
<b>35</b>	Sacos do Museu Municipal, em papel reciclado	0,50 €
<b>36</b>	Blocos de Apontamentos A4 do Museu Municipal, em papel reciclado	0,50 €
<b>37</b>	Blocos de Apontamentos A5 do Museu Municipal, em papel reciclado	0,25 €

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Apoio Social e Alojamento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

98  
A

38	Rosto do Foral Manuelino - Santo Tirso	1,25 €
39	Cópia do Diário da República de anos não disponíveis na página DRE-INCM, por cada página	2,00 €
40	Impressão de Diários da República disponíveis na página DRE-INCM, por cada página	0,76 €

#### **CAPÍTULO VIII**

#### **ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA**

41	Estacionamento em zona de estacionamento de duração limitada, de segunda a sexta-feira, excepto em dias feriados, entre as 09.00 e as 19h00 horas, por hora	0,40 €
----	---	--------

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.020GR



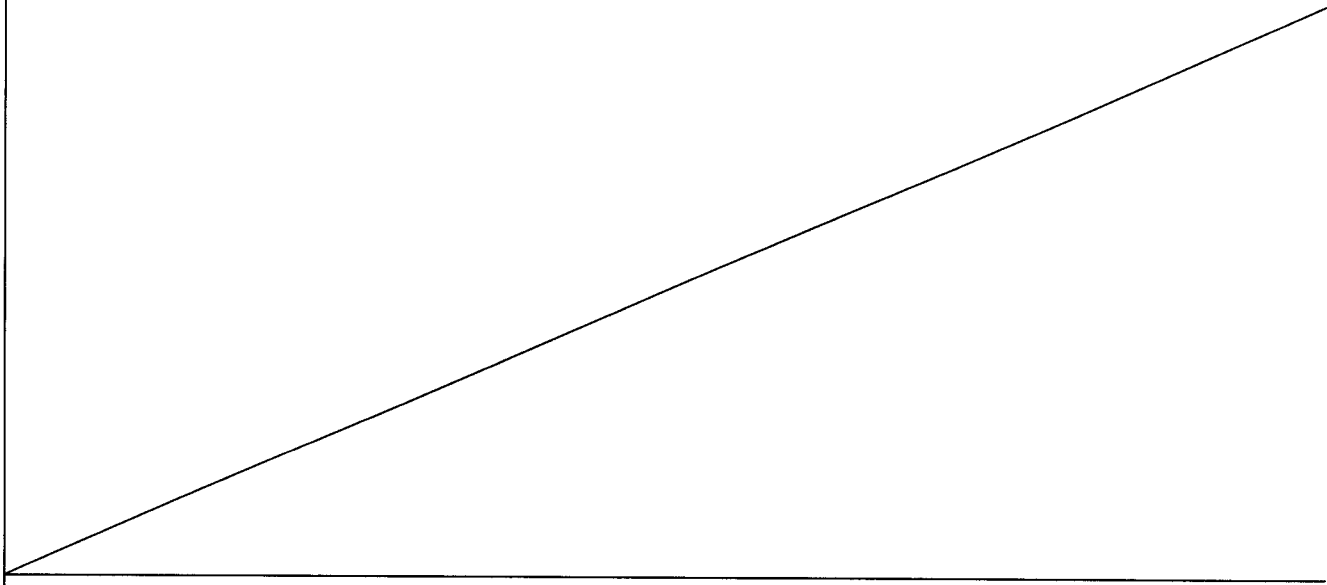
1A-  
h

**2. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO SOBRE TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DO INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO PISÃO – CONSTITUIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO SOBRE DIVERSAS PARCELAS: RECTIFICAÇÃO DAS MINUTAS DOS CONTRATOS RELATIVOS ÀS PARCELAS 35, 38 E 39.-----**

Presente informação da Directora do Departamento Administrativo, de dezanove do corrente mês de Fevereiro, registada com o número dois mil setecentos e oito, a comunicar que está errada a identificação dos prédios referidos nas minutas aprovadas pela deliberação camarária de dez do corrente mês de Fevereiro (Anexos VIII e XI da respectiva acta), sendo que a identificação correcta dos prédios a onerar é a que consta das novas minutas juntas à referida informação.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse alterar as minutas dos contratos de constituição de servidão administrativa de aqueduto, relativas às parcelas 35,38 e 39, no que se refere à identificação dos prédios a onerar, nos termos que constam das novas minutas, que se anexam à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos I, II da mesma.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar as alterações efectuadas às aludidas minutas.-----

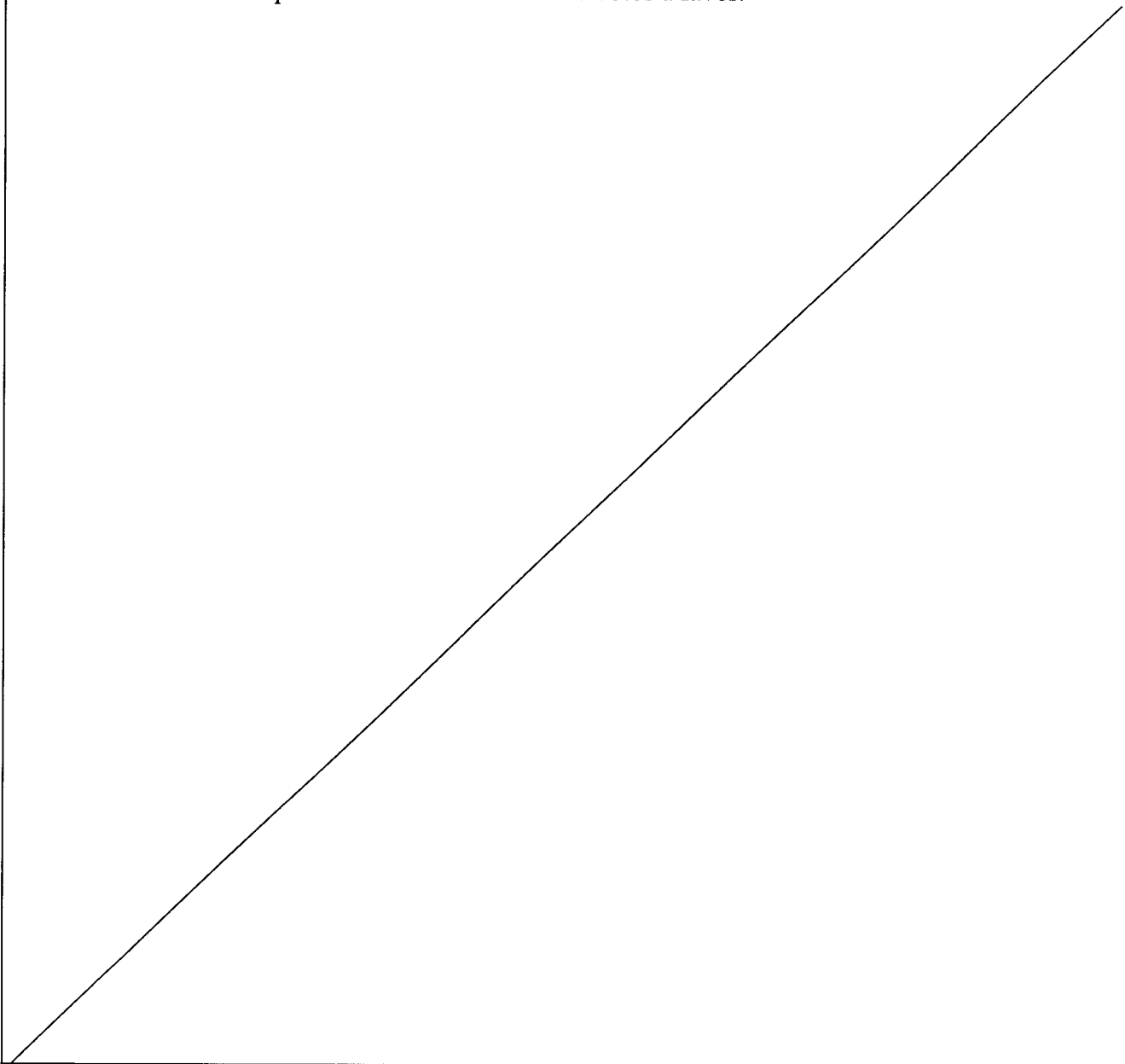




Ar  
H

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----





Handwritten mark resembling a stylized 'A' or 'H'.

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada em: Onze horas e quarenta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem cento e uma folhas, dois anexos (Anexo I e Anexo II relativos ao item dois, compostos por seis folhas e cinco folhas, respectivamente, todas rubricadas por mim e pelo Presidente da Câmara) apenas utilizadas no anverso, que eu

*Adriana Salgado*  
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

*Carla*

**APROVAÇÃO DA ACTA.**-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 10/3/2010 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas vinco e duas da respectiva minuta).-----

A Secretária,

*Adriana Salgado*